

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

MUSA SANTOS

**CLANDESTINIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL NA DÉCADA
DE 70**

FLORIANÓPOLIS

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas, no LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Joana Maria Pedro**, Orientadora e Presidente, a Professora **Camila Nascimento Azevedo**, Titular da Banca, e a Professora **Janine Gomes da Silva**, Suplente, designadas pela Portaria nº 112/TCC/HST/15 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Musa Santos**, subordinado ao título: **“Clandestinidade e relações de gênero no Brasil na década de 70”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora **Joana Maria Pedro**, a nota final 10, da Professora **Camila Nascimento Azevedo**, a nota final 10, e da Professora **Janine Gomes da Silva**, a nota final; sendo aprovada com a nota final 10. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia onze de dezembro de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 30 de novembro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. **Joana Maria Pedro**.....

Prof. **Camila Nascimento Azevedo**.....

Prof. **Janine Gomes da Silva**.....

Candidata **Musa Santos**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) **Musa Santos** matricula n.º **11101960** entregou a versão final de seu TCC cujo título é **Clandestinidade e relações de gênero no Brasil na década de 70** com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2015.

Assinatura manuscrita em tinta preta, legível como "Joana Maria Fedeis".

Orientador(a)

MUSA SANTOS

**CLANDESTINIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL NA DÉCADA
DE 70**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de
título em bacharela em História pela Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro.

FLORIANÓPOLIS

2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao povo brasileiro por me possibilitar o acesso à uma universidade pública, onde tive o privilégio de estudar sem precisar desembolsar nada para isto. Este trabalho também é de vocês. Em seguida gostaria de agradecer ao CNPq que financiou esta pesquisa, e a Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro, que me orientou durante estes últimos quatro anos de bolsista, onde cada reunião foi uma aula de enorme aprendizado. Agradeço às entrevistadas Raquel Felau Guisoni e Derlei Catarina De Luca, obrigada por dividirem suas memórias com esta jovem universitária.

Não posso deixar de agradecer ao LEGH e às professoras Janine Gomes e Cristina Sheibe Wolff, bem como a todas as pesquisadoras envolvidas, que muito me ensinaram e me incentivaram ao longo destes anos durante as reuniões. Obrigada por me apresentarem ao feminismo. Como diria uma amiga: É um caminho sem volta, mas maravilhoso. Em especial Tamy, Lídia, Gleidiane, Camila Diane, Eloisa, Cintia e Dayanne pelas infinitas conversas e apoio; aprendi muito com todas vocês e continuo aprendendo a cada dia que passa. Agradeço também à Camila Nascimento, colega de Laboratório e pesquisa por aceitar ser minha banca.

Às amigas e companheiras do dia-a-dia Nani, Kess, Fer e Kellys por ouvirem meus lamentos, choros e risos e por sempre me apoiarem; este trabalho também existe graças a vocês. Babs, Nati, Leo, Dani e Maurício, obrigada por entenderem meu desaparecimento nos últimos meses, já podem voltar a me convidar para o que quiserem. Às amigas do curso, Zaina e Julia, que me acompanharam durante esses anos, e principalmente Natan, minha dupla e companheiro de licenciatura, seu apoio foi fundamental, obrigada por ter tido paciência comigo e com minha correria neste último semestre.

Agradeço enormemente à minha família, que me apoiou inteiramente quando decidi cursar História, em especial à minha mãe Daniela Rossi e ao meu pai Eli Santos, sem vocês eu não seria nada, obrigada pelo amor incondicional e pelo eterno apoio. Por último, mas não menos importante, obrigada Gustavo por ter estado ao meu lado, sua parceria, amizade, carinho e companheirismo foram fundamentais para minha saúde mental durante a escrita deste trabalho nestes últimos meses de graduação. A todas e todos vocês, agradeço enormemente por fazerem parte de minha vida.

*“Quando tudo for passado
A memória reconstruirá cada momento
Com a fidelidade de um retrato”.*

Lara de Lemos – Celas 24, 1997.

RESUMO

Foi como forma de resistência à Ditadura, instaurada no Brasil em 1964 e que durou até 1985, que homens e mulheres militantes integrantes de organizações políticas que faziam oposição ao regime passaram a viver de maneira clandestina. Seus objetivos: resistir e lutar contra aqueles que estavam no poder, mesmo que isso custasse suas próprias vidas; lutar contra o capitalismo e o imperialismo norte-americano e a favor do socialismo; permanecer vivos e conseguir vivenciar as sonhadas mudanças políticas e ideológicas, romanticamente desejadas. Devido então a este momento de repressão vivido pelo país, a prática da clandestinidade se tornou comum entre as organizações e seus quadros de militantes. Com o fim da Ditadura Civil-Militar, vieram à tona muitas memórias em suas mais variadas formas como, biografias, autobiografias, livros de memórias, depoimentos, entrevistas e etc. A partir disto busco fazer uma análise, com um olhar de gênero, sobre as experiências de vida clandestina e perceber de que maneira, através das memórias escritas e orais as relações de gênero permearam as vidas destas mulheres enquanto militantes clandestinas; e se os avanços proporcionados pela Segunda Onda do movimento feminista foram “perdidos” de alguma maneira durante este período.

Palavras-chave: Clandestinidade; Gênero; Ditadura; Memória; História Oral.

ABSTRACT

It was as a form of resistance to dictatorship, established in Brazil in 1964 and lasted until 1985, men and women militant members of political organizations that opposed the regime were living clandestinely. Their goals: to resist and fight against those who were in power, even if it cost their lives; fight against capitalism and US imperialism and for socialism; stay alive and get to experience their imagined political and ideological changes, romantically desired. Then because of this time of repression experienced by the country, the practice of hiding became common between organizations and their cadre of militants. With the end of the Civil-Military Dictatorship, have surfaced many memories in their various ways, biographies, autobiographies, memoirs, testimonies, interviews, etc. From this I seek to analyze, with a gender perspective on the experiences of clandestine life and realize how, through the written and oral memories gender relations permeated the lives of these women as clandestine militant; and the advances provided by the second wave of the feminist movement were "lost" in some way during this period.

Keywords: Clandestinity; Genre; Dictatorship; Memory; Oral history.

LISTA DE ABREVIATURAS

ALESC – Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

AP – Ação Popular

AI-5 – Ato Institucional nº 5

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DI-RJ – Dissidência Comunista do Rio de Janeiro

DI-GB – Dissidência Comunista da Guanabara

JUC – Juventude Universitária Católica

LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História

MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página do processo de Derlei Catarina De Luca. Documento doado pela entrevistada. Encontra-se completo no acervo pessoal de Derlei Catarina De Luca.....47

Figura 2 – Derlei Catarina De Luca. Imagem de domínio público.....60

Figura 3 – Raquel Felau Guisoni. Imagem de domínio público.....60

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capítulo 1: Anos Rebeldes.....	18
<i>Mil novecentos e sessenta e golpe.....</i>	<i>19</i>
<i>Ação Popular.....</i>	<i>23</i>
Capítulo 2: Clandestinas.....	28
<i>Duas mulheres, um nome: Maria.....</i>	<i>28</i>
<i>Deise Campos.....</i>	<i>35</i>
<i>Famílias clandestinas.....</i>	<i>41</i>
<i>“Eu não sabia quem era...”.....</i>	<i>54</i>
Considerações finais.....	61
Fontes.....	67
Referências bibliográficas.....	67

Introdução

Foi em 2012 que as sementes que geraram esta monografia foram plantadas em minha vida. Entrei como estagiária no *Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH)*, onde tive a oportunidade de aprender sobre gênero e feminismos, participando de grupos de leitura e discussões que foram tão importantes para o meu crescimento como acadêmica e como pessoa. Em 2013, comecei a participar do recém-nascido projeto “*Vidas Clandestinas: Relações de gênero na clandestinidade, um estudo comparativo no Cone Sul sobre apropriações de teorias feministas (1960-2008)*” como bolsista de Iniciação Científica orientada pela Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro e que vem sendo realizado com o apoio do CNPq.

O projeto “*Vidas Clandestinas*” iniciou-se em fevereiro de 2013 como um desdobramento da pesquisa “*Do feminismo ao gênero - circulação de teorias e apropriações no Cone Sul (1960-2008)*” e desde então vem buscando pensar a clandestinidade nos diversos países do Cone Sul. Para isso é preciso dar-se conta das múltiplas abordagens: por um lado, existe a maneira como as pessoas narram suas vidas como clandestinas; por outro, a forma como os aparatos repressivos nomeiam e classificam. Podemos observar em ambos a questão de gênero, tanto para verificar a maneira como as identidades se misturam, quanto para perceber o reforço das diferenças.¹ E foi, com o apoio da minha orientadora, que fui delimitando meu tema de pesquisa durante os últimos três anos em que participei ativamente dos encontros do *LEGH*, chegando assim nesta monografia. Confesso que antes de conhecer o Laboratório e suas maravilhosas pesquisadoras, eu não possuía um grande interesse pelo período da Ditadura brasileira, porém não foi preciso muito para que eu me interessasse e me fascinasse por este período histórico. Bastaram algumas reuniões, ouvir e participar de algumas entrevistas com pessoas que vivenciaram este período e eu já estava completamente absorvida e encantada por esta esfera.

Assim como nós, diversos pesquisadores e pesquisadoras vêm estudando, ao longo dos anos, gênero, feminismos e o processo das Ditaduras na América Latina. Mas foi a partir do *Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras Militares*,

¹ Pode-se conferir a descrição completa do projeto “*Vidas Clandestinas*” no Currículo Lattes da Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro, disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4780737A2>

realizado em março de 2009, na Universidade Federal de Santa Catarina, que começou a ocorrer um aumento considerável no interesse de pesquisadoras/es sobre os estudos relacionados à gênero, feminismos e Ditaduras no Cone Sul.

Mariana Joffily (2010), em seu artigo *Mémória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991)*, pontua que muitos estudos destacam a participação de mulheres nas resistências às Ditaduras, segurando ou não em armas. Tais estudos dão ênfase na luta das militantes por “igualdade de condições na distribuição dos postos de comando e na elaboração tanto da linha, como da estratégia política a serem seguidas” (p. 112).

Foi como forma de resistência à Ditadura, instaurada no Brasil em 1964 e que durou até 1985, que homens e mulheres militantes integrantes de organizações políticas que faziam oposição ao regime passaram a viver de maneira clandestina. Seus objetivos: resistir e lutar contra aqueles que estavam no poder, mesmo que isso custasse suas próprias vidas; lutar contra o capitalismo e o imperialismo norte-americano e a favor do socialismo; permanecer vivos e conseguir vivenciar as sonhadas mudanças políticas e ideológicas, romanticamente desejadas. Devido então a este momento de repressão vivido pelo país, a prática da clandestinidade se tornou comum entre as organizações e seus quadros de militantes.

Com a perspectiva de pensar num futuro (futuro este que ninguém sabia se iria realmente vivê-lo), muitos/as militantes refletiam sobre permanecer na militância. Com o golpe, os partidos de oposição foram declarados ilegais, iniciando assim, o surgimento de diversos grupos políticos clandestinos. Quem escolhia continuar na militância sabia que a clandestinidade, uma hora ou outra, seria uma possibilidade.

Com o fim da Ditadura civil-militar², vieram à tona muitas memórias em suas mais variadas formas como, biografias, autobiografias, livros de memórias, depoimentos, entrevistas e etc. Esta monografia tem como fonte as memórias orais e escritas de duas mulheres que foram clandestinas: Raquel Felau Guisoni e Derlei Catarina De Luca.

² Utilizo aqui o termo civil-militar, pois concordo com a ideia já defendida por Daniel Aarão Reis de que a ditadura brasileira deve ser vista e entendida enquanto militar e civil, uma vez que houve apoio de grande parcela da sociedade civil ao golpe, se beneficiando durante o período de regime militar. Utilizo este termo, pois acredito ser importante que esta participação não seja ignorada ou esquecida.

Nascida no ano de 1941 na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, **Raquel Felau Guisoni**, filha de pai e mãe separados, foi criada pela avó materna. Por ter avós adventistas, foi enviada, ainda menina, para o internato Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus, em Curitiba, onde cursou do quarto ano primário até o terceiro ano normal, o que seria hoje o terceiro ano do ensino médio. Seu primeiro contato com a militância foi na Universidade Federal do Paraná, no início dos anos 60, onde cursou História/Geografia. Lá teve contato com várias pessoas que pertenciam à Juventude Universitária Católica (JUC), grupo que tinha como base a Teologia da Libertação. Em pouco tempo Raquel já fazia parte da JUC. Com a fundação da Ação Popular (AP), grande parte dos jovens da JUC se inseriu na AP, Raquel foi uma delas. Foi durante o período em que era militante da AP que Raquel se casou com o também militante Divo Guisoni, passando logo em seguida à clandestinidade. Durante a clandestinidade Raquel teve suas duas filhas, Iracema e Nara, permanecendo clandestina até o período da Anistia. Com a integração da AP no Partido Comunista do Brasil (PCdoB) Raquel passa a militar pelo partido, permanecendo nele até hoje.

Derlei Catarina De Luca, catarinense de Içara, nasceu no ano de 1946. Foi estudante da Universidade Federal de Santa Catarina e em 1966 entrou para a Ação Popular, militando, entretanto, até 1968 apenas no Movimento Estudantil. Com o AI-5 entra para a clandestinidade, permanecendo assim até o final dos anos 70. Durante a clandestinidade se casou, engravidou, teve seu filho, separou, foi presa e torturada. Exilou-se no Chile e em Cuba, onde cursou a Universidade do Oriente. Retornou ao Brasil no ano de 1979, no início da Anistia. Derlei trabalhou como professora em diversos colégios de Santa Catarina. Foi uma das fundadoras do Comitê Catarinense Pró Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos, atua no grupo Tortura Nunca Mais e atualmente ocupa a cadeira número um da Academia Criciumense de Letras. Também trabalhou durante 25 anos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Içara. Em 2001 recebeu da Assembleia Legislativa do Estado, a medalha Antonieta de Barros.

Costumeiramente, entende-se por memória o exercício de lembrar o passado, recordar e reproduzir estas lembranças, porém definir a memória somente desta forma seria equivocado. Maurice Halbwachs (1990), um dos principais estudiosos do conceito de memória coletiva e individual, tem como base do seu pensamento a ideia de que lembrar para o indivíduo corresponde a re-atualizar a memória de um grupo que faz/fez

parte. Ele comenta que a memória coletiva de um grupo está diretamente relacionada com o espaço e o tempo.

Anamaria Venson e Joana Maria Pedro (2012), em *Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia*, colocam que a memória e o uso da memória como fonte de conhecimento são práticas permeadas por relações de poder e datadas, com isso o ato de rememorar é configurado dentro de uma relação de poder. Seja da relação entre entrevistador/a e entrevistado/a, seja do tratamento que historiadoras decidem dar à memória. Por *relações de poder*, as autoras têm como base teórica Foucault, que traz as relações de poder como instáveis e possíveis de reversibilidade, permeadas de disputas, embates e jogos estratégicos pelos quais pessoas livres procuram se conduzir e determinar a conduta das outras.

Michel Pollak (1989), por sua vez, afirma que a memória é um espaço de disputa, disputas entre as diversas memórias existentes sobre determinado acontecimento. A memória da Ditadura civil-militar no Brasil é disputada, está presente no imaginário do país, na memória coletiva, na memória política, na mídia e etc. Por ser tão discutida acaba muitas vezes uniformizada e esse trabalho busca perceber as memórias marginalizadas, como é o caso das falas das mulheres que eram militantes de organizações de esquerda, em específico da Ação Popular, durante o período da Ditadura e que atuaram na clandestinidade. Apesar de já discutida e visibilizada a questão da Ditadura, as experiências de diversas mulheres como militantes clandestinas foram ainda pouco discutidas. Através dessa pesquisa procuro perceber também como essas mulheres significam essas memórias.

Pensando a dimensão de gênero na memória, parto de um enfoque já tradicional, tanto no feminismo como na reflexão historiográfica sobre o lugar do testemunho: de se fazer visível o que por muito tempo foi considerado invisível, ou de mediar as vozes daquelas que, ao longo da história, foram caladas e impedidas de se manifestar, mas que muito tem a nos dizer. Por muito tempo a historiografia abafou as vozes femininas, devido ao fato de, entre outros motivos, sempre ter sido feita por homens e para homens, deixando assim as mulheres e tudo o que elas tinham para narrar de lado. Acredito, portanto, que as vozes das mulheres nos contam histórias diferentes das dos homens, e desta maneira se introduz uma pluralidade de pontos de vista. Esta perspectiva também implica o reconhecimento e legitimação de “outras experiências” além das dominantes, como aponta Elizabeth Jelin (2002).

Dessa maneira, o uso da categoria de análise *gênero* nos permite estudar e analisar as relações entre pessoas ao longo da história, e perceber a partir disto como, devido à cultura, essas relações foram produtoras de gênero, ao atribuírem papéis diferentes – e muitas vezes desiguais – entre homens e mulheres (PEDRO, 2015). Para realizar um estudo utilizando esta categoria de análise é preciso ter claro o que eu entendo por gênero, para isso utilizarei Joan Scott:

(...) tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder (1990, p. 14).

Contudo, não podemos deixar de falar que é devido a Nova História que nós, historiadoras e historiadores, podemos utilizar novas fontes, inquirir novas questões e objetos, assim como pesquisar diferentes temas. Le Goff (2011) diria ainda que a Nova História nos proporcionou três novos processos: novos problemas, que questionam a história por si mesma; novas abordagens, que modificam, enriquecem e abalam setores tradicionais da história; e por fim novos objetos, que aparecem no campo epistemológico da história. Esta história não se contenta mais com o que a história positivista proporcionou, vai além da crítica decisiva do fato e do acontecimento histórico. A história sofre uma dilatação em seu campo, “a história social se prolonga na história das representações sociais, das ideologias, das mentalidades” (p. 125). Le Goff (2011) ainda coloca que:

[...] a Nova História se faz por meio dos aprofundamentos ou enriquecimentos que não questionam a problemática fundamental de certos setores históricos. Trata-se, quase sempre, de uma tendência dos objetos parciais a se constituírem em totalidades. A arqueologia moderna transforma as escavações em grade de leitura de sistemas de objetos. [...] Enfim, a história se afirma como nova anexando à si mesma novos objetos que até aqui lhe escapavam e permaneciam fora de seu território (p. 125-126).

Outros dois aportes teóricos, relacionados à Nova História, são de extrema importância para essa pesquisa: a História Oral e os Estudos de Gênero, pois é a partir deles que buscarei desenvolver os conceitos de gênero e memória.

Anamaria Venson e Joana Maria Pedro (2012) colocaram anteriormente que Heródoto e Tucídides, precursores do conhecimento histórico no ocidente, faziam da oralidade sua ferramenta e fonte, porém, no século XIX, começou-se a formar uma história que exigia provas documentais como fonte. Entretanto, desde os finais dos anos

1920 que vem se contestando essa exigência. A história positivista e linear, baseada em documentos oficiais, que busca a verdade e tem como personagens principais grandes figuras políticas não encontra mais espaço na historiografia contemporânea.

Ao passo que os Annales se anunciaram como uma escola historiográfica de abordagem interdisciplinar, acabaram também expandindo teorias e conceitos da história para diversas outras áreas, como, por exemplo, a noção de duração, a ideia de que não há memória sem temporalidade e o próprio conceito de historicidade. Nesse contexto de tráfego de teorias, praticantes da história acabaram formulando a possibilidade de pensar novas fontes para a história para além de fontes documentais/escritas, abrindo espaço para o retorno da oralidade e da narrativa (VENSON; PEDRO, 2012, p. 131).

Sendo assim, a questão oralidade deixa de fazer parte do campo específico da antropologia e passa a ser objeto de outras áreas do conhecimento, como é o caso da história oral para a historiografia. A história oral se propôs inicialmente ser um campo interdisciplinar, pois analisa a oralidade com as ferramentas da história e de outras disciplinas, como a linguística, psicanálise, literatura, antropologia. É a partir da técnica de realização de entrevista que a história oral se caracteriza como “metodologia propositora de um novo entendimento acerca da memória como fonte histórica” (VENSON; PEDRO, 2012, p. 132), mostrando as diversas temporalidades que quebram com a linha do tempo política, colocando em evidência o tempo subjetivo. Não se trata somente de uma realização de entrevista, se trata da produção do conhecimento histórico, onde os cuidados com as fontes são indispensáveis, assim como com qualquer outro tipo de fonte.

Trazendo o olhar de gênero para este trabalho, realizar história oral com mulheres é extremamente importante, pois contribuiu e contribui para expandir as fronteiras e possibilidades do fazer historiográfico. De acordo com Silvia Salvatici (2005), “a complexidade das narrativas de mulheres e suas múltiplas perspectivas sobre o passado contribuíram para dar destaque às contradições e repressões do discurso público, de tal forma que a reivindicação de universalidade tornou-se um desafio” (p. 41). Acredito, portanto, que ainda seja útil e necessário mediar as vozes destas mulheres dentro do campo historiográfico, e é isto que venho tentando realizar nos últimos anos a partir da metodologia da história oral. Esta metodologia tem por base a realização de entrevistas, técnica usada para a produção e significação de memórias e de acordo com Venson e Pedro (2012):

[...] esse entendimento é resultado de disputas metodológicas e colaboração, muitas vezes intencional, entre praticantes da história e da antropologia, praticantes essas que abriram para outros campos de saber a possibilidade de uma discussão acerca dos usos da oralidade na pesquisa. (p. 129).

O/a historiador/a, ao fazer suas entrevistas, constrói suas fontes a partir do momento em que escolhe e decide quais pessoas lhe é pertinente entrevistar. Escolhi utilizar os relatos escritos e orais de Raquel Felau Guisoni e Derlei Catarina de Luca, assim como o livro autobiográfico *No corpo e na alma*, escrito por Derlei, onde esta última une trechos de seus diários de juventude, com suas memórias e análises, publicado em 2002. Tanto Derlei quanto Raquel se disponibilizaram a dividir seus sentimentos e memórias a respeito não somente de suas trajetórias como militantes clandestinas da Ação Popular³, mas como mães, esposas, e acima de tudo mulheres. Estes relatos contribuem enormemente com a escrita e análise dessa história recente não marcada apenas por luta e sangue, mas também por romances, provocações, decepções, amores, risos, amizades, sonhos e angústias, comuns a toda uma geração que vivenciou este período.

Os relatos sobre a clandestinidade nos países do Cone Sul tem, recentemente, apresentado grande contribuição para a historiografia. Para além de investigar como a memória registra estes momentos e como são narrados, é conveniente perguntar como estas narrativas são permeadas pelas relações de gênero. Afinal, há muito tempo aprendemos, com Michele Perrot (1989), que a memória é sexuada.

Se às mulheres foi, por muito tempo, reservado o espaço privado, o lugar do silêncio e o anonimato próprio de quem transita por chãos de fábrica, cozinhas e alcovas, também as experiências dos homens comuns ficaram invisibilizadas no discurso historiográfico. A fonte oral se apresenta, portanto, duplamente armada: nos oferece a chance de transitar por domínios entendidos como privados, particulares, considerados irrelevantes para a esfera pública e, mais ainda, nos permite visitar percursos de rememoração da experiência de constituição da sujeita por ela mesma (VENSON; PEDRO, 2012, p. 135).

Podemos hoje pensar como o sujeito se constitui na experiência, ou seja, somos efeito e produto de processos de subjetivações. Tendo em jogo isto, estou considerando que a narrativa oral é um processo, onde tanto o/a entrevistador/a quanto o/a entrevistado/a estão inseridos/as, pois ambos/as contribuem com perguntas e reações durante o processo de construção da entrevista. Ainda de acordo com Venson e Pedro (2012):

a entrevista é uma relação de poder: a pesquisadora é quem diz o que as palavras significam, descreve as expressões daquela que lhe fala, seleciona o que é fonte e o que não é, decide quais trechos serão descartados e quais

perguntas devem ser perguntadas. Mas, se mesmo a interpretação é parte de uma relação de poder, aquela para a qual dirigimos nossas perguntas pode recusar-se a responder e pode, ainda, brincar com nossas pretensões científicas. Mesmo assim, é a pesquisadora quem edita o texto e o organiza como uma verdade válida (p. 136).

Colocado isto, pontuo que não é de obrigação do/a entrevistador/a transformar a transcrição da entrevista em um documento acabado, muito menos em um relatório do que foi visto e escutado. O que o/a entrevistador/a pode fazer é procurar nas fontes formas de produção de subjetividades, interpretar a fala do/a entrevistado/a tendo consciência de que tal fala foi construída e permeada pelas perguntas realizadas pela entrevistador/a, assim como pelas condições de realização da entrevista, como o local em que foi realizada e sob qual contexto estava inserida.

Se rememorar é um processo, nosso trabalho é procurar nas memórias da experiência como a pessoa que nos fala joga com a cultura e produz a si própria na relação com a Outra, tornando dizíveis processos de constituição de si. Não se trata de uma retirada de informações, mas de interpretar como a pessoa que nos fala reconstrói a própria subjetividade, como percebe a si própria e como percebe o olhar da Outra, como se formula a partir de identificações, como ela entende o modo como se tornou o que é (VENSON; PEDRO, 2012, p. 136).

Devido ao objeto de pesquisa e sua problemática, optei pela História Oral Temática para a realização das entrevistas. Segundo Verena Alberti (2005):

Sua escolha é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. (p.38).

Com isso, quero lembrar que as entrevistas temáticas consideram o tema específico que se está pesquisando, visando principalmente sobre a participação da pessoa entrevistado/a no assunto em questão. Mas apesar de ser uma entrevista temática, tem como eixo a biografia e a história de vida do/a entrevistado/a.

Para a realização das entrevistas foi elaborado um pequeno questionário, que serviu como guia durante as entrevistas, dando total liberdade às entrevistadas para contarem sobre suas trajetórias de vida. Além disso, um caderno de campo foi usado, para escrever os detalhes das entrevistas, como o local em que foram realizadas, as pessoas que ali estavam presentes, bem como observações e impressões durante as entrevistas. Os sentimentos e avaliações dos momentos em que foram realizadas as entrevistas também constituem importante parte para a realização desta monografia.

Foram realizadas ao longo dos anos, pela equipe que compõe o *LEGH*, diversas entrevistas com pessoas que foram militantes de esquerda durante o período da Ditadura. Para esta monografia utilizarei especificamente duas entrevistas que tive a oportunidade de participar. A primeira foi a da Raquel Felau Guisoni, realizada em outubro de 2013 pelo grupo de pesquisadoras do *LEGH*, neste mesmo local, sendo conduzida por Joana Maria Pedro e fazendo parte do projeto *Vidas Clandestinas*. Nesta entrevista Raquel nos contou um pouco sobre sua trajetória, partindo de sua formação familiar, passando pelo seu casamento com o companheiro de militância Divo Guisoni, sua própria militância, a clandestinidade e o nascimento de suas filhas, tudo isso recheado de uma formação e posicionamento político feminista e consistente. A segunda entrevista foi realizada com Derlei Catarina De Luca. Diferentemente da primeira, esta entrevista foi realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (*ALESC*), tendo como entrevistadoras esta que vos escreve junto de Camila Nascimento Azevedo e Mirian Nascimento, tratando especificamente do período em que a entrevistada viveu na clandestinidade. Em ambas as entrevistas utilizou-se o mesmo questionário como base e o caderno de campo para observações.

Como numa peça de teatro, é preciso localizar o/a espectador/a no espaço-tempo, apresentar o enredo e o cenário para que assim as personagens possam entrar em cena e dar início à peça. Contudo não basta apenas jogar as personagens no palco e esperar que a plateia saiba do que se trata, é necessário inserir-lhes figurino, cabelo e maquiagem, caracterizando-as assim a época na qual a peça está se referindo.

Na escrita não é muito diferente, antes de lhes apresentar as personagens – entrevistadas – é necessário falar um pouco sobre o cenário – contexto – em que estas personagens estão inseridas, e é isto que pretendo realizar no primeiro capítulo, intitulado *Anos Rebeldes*. Neste capítulo trarei o contexto histórico mundial, de maneira breve e sucinta, para que a leitora possa compreender um pouco melhor a conjuntura em que ambas as personagens – entrevistadas – estavam inseridas; focarei principalmente no contexto histórico brasileiro, recheado de disputas, lutas políticas e ideológicas, mas também de esperanças, sonhos e conquistas.

No segundo capítulo *Memórias da clandestinidade*, tenho como objetivo apresentar melhor Derlei e Raquel, as personagens principais desta monografia. Entretanto, ao longo desta pesquisa, venho notando que diversas pessoas que

vivenciaram a experiência da clandestinidade, pouco falam sobre o assunto, mesmo tendo se passado mais de trinta anos desde o fim do regime ditatorial brasileiro; e quando falam é de maneira simples. Scarpelli (2009) problematiza a questão do silêncio sobre a clandestinidade e pergunta: “por que a experiência da clandestinidade transformou as memórias desses sujeitos em algo também clandestino?” (p. 20). Segundo Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (1999), que também foi militante da Ação Popular, isto se deve ao fato de que:

Alguma coisa colou-se, como uma pele, sobre sua pele e seu coração. A clandestinidade se juntou à sua memória, como uma névoa. [...] Falar sobre clandestinidade é difícil, parece um sonho contado. O que parecia, na época irreal, contado parece simples, comum. (p.83).

Portanto, se faz fundamental o estudo destas experiências de vidas clandestinas, vividas por homens e mulheres militantes políticos que se opuseram à Ditadura que se instalou em todo o território nacional. A partir disto busco fazer uma análise, com um olhar de gênero, sobre as experiências de vida clandestina e perceber de que maneira, através das memórias escritas e orais as relações de gênero permearam as vidas destas mulheres enquanto militantes clandestinas.

Partirei, portanto, de um estudo comparativo destas narrativas, pretendendo observar se houve de alguma forma, mudança, reforço e/ou relaxamento nas hierarquias de gênero durante o período da clandestinidade; e se os avanços proporcionados pela Segunda Onda do movimento feminista foram “perdidos” de alguma maneira durante este período.

Capítulo 1: Anos Rebeldes

Éramos jovens, estávamos dispostos a dar a vida pelo nosso país. Acreditávamos no nosso potencial e na capacidade de mudar o rumo dos acontecimentos (DE LUCA, 2002, p. 23).

Os anos sessenta foram marcados fortemente por uma série de mudanças políticas em todo o mundo, principalmente no Ocidente. Foi uma década de movimentos políticos e sociais que borbulhavam por toda a Europa, América do Norte e América Latina. Quando pensamos em anos 60, nos vêm à mente diversos acontecimentos que fizeram parte deste período histórico. Diversos movimentos culturais, políticos e sociais estavam em pleno auge durante a década de 60. A contracultura plantava suas sementes e colhia suas flores ao redor do mundo. Nos EUA explodia o movimento Hippie, que saía das ruas de São Francisco para o resto do

mundo pregando o *peace and love* e protestando contra a Guerra do Vietnã e a Guerra Fria; borbulhava também o movimento Black Power, na luta por igualdade e contra o preconceito racial. Na Europa, os anos 60 ficaram fortemente marcados pelos acontecimentos de maio de 68; na América Latina, Fidel Castro assume em Cuba; na África e no Caribe ocorre o processo de descolonização. O movimento feminista reivindicava o direito ao próprio corpo, com suas palavras de ordem *o privado é político*. No Brasil, assim como em todo o Cone Sul, centenas de jovens estudantes foram sequestrados/as, torturados/as e exilados/as, quando não assassinados/as pelas Ditaduras Civis-Militares que se instauraram no poder apoiadas pelos setores das elites nacionais e classe média, assim como pelos Estados Unidos da América. Segundo Weber (1999) todos esses movimentos sociais possuíam suas especificidades, porém existiu algo semelhante em todos: a busca por *autonomia*.

O planeta tornava-se uma *aldeia global*: os tiros dos soldados norte-americanos nas selvas do Vietnã ecoavam nas salas de jantar das cidades brasileiras, assim como as mulheres norte-americanas queimando sutiãs, e os negros queimando cidades, e os protestos dos estudantes franceses contra a repressão sexual, e as pernas das garotas londrinas com suas ousadas minisaias, e os Beatles cabeludos com sua irreverência (hoje, face ao *hard rock*, como parecem tão bem comportados!) e os guardinhas vermelhos, no outro lado do mundo, agitando o livrinho vermelho do grande timoneiro. Eram barricadas por toda a parte: de tijolos e idéias, de sonhos, e propostas de aventuras, exprimindo um mal-estar difuso, mas palpável como a utopia quando ela parece ao alcance da mão (REIS FILHO, 1998, p. 31).

Nos anos 60 a juventude teve um papel propulsor em todos esses movimentos, principalmente a estudantil. Não se trata de uma classe ou de uma categoria social, se trata de uma categoria de idade. A juventude era a nova atriz histórica que entrava em cena nesse grande espetáculo. Com as novas possibilidades geradas pelo desenvolvimento de nossa sociedade, como uma maior abertura e qualidade no ensino superior, adolescentes universitários/as se tornaram uma considerável força numérica e constituíram uma força social e política, em grande medida autônoma (WEBER, 1999).

A juventude 1960's aspirava democracia, liberalismo e socialismo; os movimentos sociais em sua maioria eram dirigidos contra todas as formas autoritárias de poder, em todas as instituições: na escola, na família, no casamento e claro, na sociedade política. Visavam combater todas as formas de discriminações: raciais, sexuais, sociais, etc. Aspiravam também ao direito ao prazer, à libertação do desejo. Uma recusa às tradições puritanas, resultantes de um mundo de culturas católicas, protestantes e judaicas que reprimiam, reprimem e culpabilizam o desejo. Existia toda uma ideia romântica de que conseguiriam construir a sociedade perfeita, onde a

propriedade privada fosse abolida e existisse a fundação de uma ordem radicalmente nova, mais eficiente, racional e justa (WEBER, 1999).

Mil novecentos e sessenta e golpe

Nos primeiros anos da década de 1960, as forças populares brasileiras, haviam voltado a se manifestar de maneira mais ativa. Após a renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente João Goulart enfrenta dificuldades para assumir o governo. Estava claro na Constituição que caso ocorresse algo com o atual presidente o vice o substituiria. Em meio a isto o Congresso adotou a chamada “solução de compromisso”, como coloca Carolina Dellamore Scarpeli (2009), onde decretava a emenda constitucional que substituiria o sistema presidencialista pelo sistema parlamentarista no Brasil, impondo então diversos limites à presidência da República.

Em início de 1963, João Goulart restaura o presidencialismo no Brasil por meio de um plebiscito onde obtém dois terços de votos favoráveis, recuperando assim seus poderes presidenciais. Com isso Goulart lança o Plano Trienal, tendo como objetivo o controle inflacionário, reformas de base e diminuição das desigualdades sociais, como aponta Scarpeli (2009). As reformas de base se referiam às reformas: agrária, eleitoral, constitucional e universitária. Foi em 13 de março de 1964 que Goulart anunciou as primeiras desapropriações de terras e a nacionalização das refinarias de petróleo.

Contudo, o clima no país era de contestação e forte mobilização social com a forte ameaça de golpe. O atual presidente, apelidado “Jango”, era pressionado por diversos segmentos da sociedade. A esquerda lhe cobrava as promessas feitas, o povo brasileiro com diversas reivindicações, os setores militares e a elite agrária do país temiam o comunismo, enxergado por eles nas ações do presidente.

Scarpeli (2009), ao escrever sobre o assunto, ressalta a existência de uma subjetividade anticomunista existente no Brasil, que vinha desde os anos 1950, onde se constituiu a figura do comunista como traidor da pátria. A década de 1960 continuaria a produzir esta subjetividade e o fantasma do comunismo se tornaria a maior ameaça às famílias brasileiras. Segundo Rodrigo Patto de Sá Motta (2004), a principal justificativa para a retirada de João Goulart do poder foi a ideia de que os comunistas poderiam dominar o Brasil. Entretanto, não podemos desconsiderar outros argumentos, como a preocupação da elite agrária com o programa Aliança para o Progresso, que tratava da

reforma agrária; ou a recusa dos conservadores às reformas e o eterno problema de corrupção.

Foi então em março de 1964 que setores da burguesia, classe média e parcela da Igreja Católica realizaram em diversas cidades do país a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que tinha como principal bandeira a anticomunista. Reivindicavam também a defesa da propriedade e da família, bem como da fé e da moral e a saída de Jango do governo.

Em 1º de abril de 1964 instaurou-se o golpe civil-militar. O então presidente João Goulart havia sido deposto e exilado pelos militares, que a partir de então assumiram o controle político do país com o apoio de parte da sociedade civil, da Igreja Católica, e de setores da classe média, assim como dos Estados Unidos da América. Ao se instalarem no poder, os militares forçaram uma reviravolta na história brasileira: desmoronava a primeira experiência democrática que vinha sendo construída pelo país nos últimos dezoito anos que antecederam o golpe (ALMEIDA, 1998). Prisões, cassações de mandatos e de direitos políticos, suspensão dos direitos conquistados pelo povo até então, tudo isso passava a fazer parte da rotina que iria se seguir pelos próximos vinte anos, como coloca Divo Guisoni (2014) em *Livro negro da ditadura militar*.

A luta contra o regime militar foi travada por uma grande parcela da população brasileira, em sua maioria jovens, entre seus 20 e 30 anos, que borbulhavam ideologias contra o capitalismo e o imperialismo norte americano.

Na fronteira da legalidade com a ilegalidade, se reconstituiu toda uma rede de organização estudantil de base, com a formação de diretórios acadêmicos, nas escolas e faculdades, e de diretórios centrais em cada universidade. As Uniões Estaduais (UEs) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo possuindo seus dirigentes perseguidos, continuavam atuando no cenário político, seja em passeatas, seja em comícios; simbolizando a resistência e a luta contra a Ditadura. Ao mesmo tempo ocorria uma série de divergências políticas dentro dos partidos revolucionários, automeados *vanguardas*, como já escreveu Daniel Aarão Reis Filho (1998). As lideranças estavam sendo comprometidas, as que não estavam presas permaneciam em fuga, antigas concepções estavam desabando organização a baixo.

Tomaram então força concepções que primavam pela clareza – e pela simplicidade. O novo regime seria incapaz de abrir perspectivas para o país, estando condenado a uma só política – a repressão. Assim, e tendo em vista a desmoralização dos partidos tradicionais – *reformistas* e *populistas* – o povo não tardaria a abrir os olhos, despertando das tradicionais ilusões. O Brasil estava num impasse – palavra então recorrente nos textos das esquerdas –, um barril de pólvora, prestes a explodir. Caberia aos novos partidos que surgiam mostrar o caminho, a *fagulha que atearia fogo na seca pradaria* (Mao Tsé-tung), o foco guerrilheiro que se espalharia *como uma mancha de óleo* (Régis Debray). Metáforas de luta armada, que se insinuava, sob o influxo da vitoriosa revolução cubana e da guerra popular no Vietnã, como a grande alternativa – a solução, para os problemas que atormentavam o país, o povo – e as esquerdas (REIS FILHO, 1998, p. 32).

Dentro deste arsenal de concepções, se encontrava o Movimento Estudantil, sendo o peão do tabuleiro da revolução. Entretanto, era um dos movimentos de maior articulação, visto assim como o berço para recrutamento de militantes e dirigentes para os partidos revolucionários. Para Daniel Aarão Reis (1998), existia uma simbiose e uma autonomia entre estudantes e revolucionários/as, entre movimentos e partidos. Segundo ele, muitos analistas, inclusive aqueles que viveram a época em questão, iam perdendo a capacidade de distinguir as nuances entre os partidos revolucionários e o movimento social, num jogo sutil onde nem sempre os mentores – partidos – conseguiam impor seus pensamentos *iluminados* à massa – movimento social.

Paralelamente, atuava uma personagem coadjuvante, mas que também ambicionava a função de mentora: os/as intelectuais, compostos/as por jornalistas, professores/as, estudantes, profissionais liberais, artistas, publicitários/as, religiosos/as. Atuando no primeiro batalhão de denúncias e protestos contra as ações da Ditadura.

Os shows, os festivais de música popular, os manifestos de protesto, divulgariam temas e propostas que colocavam em questão o Brasil oficial, incentivando a crítica e a rebeldia, desenhando o perfil de uma intelectualidade inassimilada pelo discurso oficial. Um deles chegou a afirmar que *era preciso abrir uma série de Vietnãs no campo de cultura* (José Celso Martinez Correa). Entre estudantes e artistas – de todas as tendências – se criou uma comunidade de inclinações, de interesses e de gostos, onde se esboçou a formulação de novos valores, envolvendo não apenas a política e o poder, mas os costumes, as práticas cotidianas, as relações entre as pessoas – uma revolução que apenas se iniciava, e que prosseguiria para além, muito além, de 68. (REIS FILHO, 1998, p. 32).

Segundo Almeida (1998, p. 328) as formas de oposição à repressão e “o grau de envolvimento nas atividades de resistência variavam desde ações espontâneas e ocasionais de solidariedade a um perseguido pela repressão até o engajamento em tempo integral na militância clandestina”. Porém, também eram vistas como formas de oposição criar e escrever letras de músicas, peças de teatro, filmes e romances;

participar de assembleias e manifestações, assinar manifestos de oposição; emprestar a casa para reuniões clandestinas dos partidos de oposição, portar e/ou distribuir panfletos de organizações políticas ilegais, dar abrigo a um/a militante; divulgar, publicar e/ou fazer chegar à imprensa denúncias de sequestros, torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos repressores; participar de centros acadêmicos, movimentos estudantis, escrever artigos e etc. Qualquer um destes atos, tendo em vista as características do regime militar, envolvia enormes riscos para a pessoa que estava disposta a realizá-lo, gerando assim a presença do medo e da insegurança como sensações básicas presentes no cotidiano desta parcela da população que estava fazendo oposição e resistência às forças militares.

Era corriqueiro no cotidiano, se interessar ou participar (como militante, simpatizante ou apenas por curiosidade) dos vários debates de ideias travados entre os mais diversos grupos e agrupamentos de esquerda que vão surgindo e se multiplicando com o golpe. Para uma parte da chamada oposição intelectualizada, a ação pública era a porta de entrada para a atividade política clandestina, que idealizava a derrubada do regime através do levante de massas ou através da ação guerrilheira das vanguardas, visto por alguns como o primeiro passo rumo ao socialismo no Brasil, segundo Almeida (1998). Na linguagem do governo: terrorismo.

Com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), ocorreu o fechamento temporário do Congresso; a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, incluindo o fim do habeas corpus, nos casos de crimes políticos; as demissões por todas as universidades do país; a forte censura à imprensa e as produções artísticas e culturais; a proibição de criação de qualquer grupo político e uma violenta repressão em cima de quem fazia oposição ao regime, gerando assim um aumento no número de mortos pela Polícia e pelo Exército da Ditadura. Foi a partir do AI-5 que muitos militantes, homens e mulheres, deixaram suas vidas legais e passaram a viver de maneira clandestina.

Os crimes de morte do regime militar iam a cada dia aumentando, mas ainda não estavam incorporados à rotina da repressão policial-militar, aos poucos, contudo, ia ganhando terreno uma nova política de repressão, baseada em sequestros, torturas físicas e psicológicas, desaparecimentos e assassinatos. Nos anos finais da década de 1960, esta “nova política” começou a ser aplicada.

Ação Popular

A atuação da AÇÃO POPULAR, que se relaciona com todo o processo vivido no país após a instauração do regime militar, abriu uma etapa importante na luta contra a Ditadura e significou a formação política de centenas de brasileiros que seguem atuando até hoje. Como dizia um lema da UNE: “A história de um povo não se apaga”. (DE LUCA, 2002, p. 23)

Nascida em 1962, a Ação Popular foi uma organização que lutou, assim como tantas, contra o regime político militar instaurado pela Ditadura no Brasil durante as décadas de 60 a 80. A AP, como ficou conhecida, por se localizar dentro da “Nova Esquerda”, é caracterizada segundo Daniel Aarão Reis Filho (2006) como uma dentre tantas:

[...] organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro - PCB - e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista (REIS FILHO, 2006, p. 15).

Seu documento base, apelidado de Dona Benta, foi escrito por Hebert José de Souza no ano de 1963, durante o I Congresso de Fundação de Ação Popular na Escola de Veterinária de Salvador, tornando-se assim o retrato efetivo e oficial da Organização. O trecho a seguir se encontra no livro de Derlei Catarina De Luca (2002), onde está escrito:

Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro, na hora histórica em que nos é dado viver (p. 17).

A partir deste trecho do documento, podemos notar como a juventude brasileira da época, contrária ao regime que se instalara no país, também se definia como portadora da mudança e geradora de frutos, que ajudariam a formar uma nova sociedade mais igualitária e justa.

O objetivo desta monografia não é esmiuçar a criação e trajetória política e teórica da Ação Popular, contudo, é preciso pontuar que esta teve como fundadores homens e mulheres militantes da Ação Católica Brasileira e principalmente da Juventude Universitária Católica, a JUC. A AP tinha sua fundamentação teórica dividida entre o marxismo-leninismo e os princípios maoístas, possuindo uma série de divergências internas justamente por seguir duas vertentes políticas, mas possuindo uma grande força política principalmente dentro do Movimento Estudantil, como colocou Sérgio Schlatter Jr. (2011).

Com o golpe as Organizações revolucionárias são proibidas e são formados diversos Inquéritos Policiais contra centenas de jovens, sobretudo vinculados/as à UNE. A AP, assim como tantas outras organizações de oposição, participou de diversas mobilizações contra o golpe, protestando e tentando resistir de alguma forma às forças repressivas. A partir de 64, a AP passa a realizar então todas as suas etapas de luta política dentro da clandestinidade. As reuniões e encontros passam a ser feitos clandestinamente, colocando suas integrantes em permanente risco de segurança. Segundo Arantes (1999, p. 36), a partir deste momento “os militantes clandestinos vão aprofundando a necessidade de maior rigor de segurança na medida em que eram identificados pela repressão”.

Marcelo Ridenti (1993) coloca que a AP defendia em 1964 a criação de uma alternativa política, que segundo ele não seria nem capitalista e nem comunista, era inspirada em um humanismo cristão com influências vinda da Revolução Cubana. Contudo, ao redefinir sua atuação, a AP passa a radicalizar sua atuação no movimento de massas, em especial o estudantil, e constata uma precariedade em seu embasamento teórico, como observa Scarpeli (2009). Segundo a autora:

A aceitação da estratégia da guerra popular prolongada e do maoísmo levou a AP a rejeitar o imediatismo da luta armada e a atração pelas ações expropriatórias. (p. 84).

Devido à isto, parte da Organização, que buscava as linhas leninistas e guevaristas, sai da AP em busca de grupos que realizavam ações armadas urbanas, como coloca Ridenti (1993). A AP também promovia e acreditava na “proletarização dos/as militantes”, quer dizer, acreditava que devido ao fato da maioria de seus/suas militantes serem oriundos/as da classe média, ou seja, da burguesia, deslocar estes/as militantes para o campo ou para as fábricas seria essencial para concretizar o processo de proletarização. Segundo Valmir Martins, que também foi militante da AP, esta seria uma maneira de se livrar do “pecado original”, quase como um processo de purificação. Segundo Sérgio Schlatter Jr. (2011) em seu artigo *Ação Popular em Santa Catarina*:

A renúncia à condição pequeno burguesa se colocava no cotidiano, as dificuldades financeiras eram grandes, alguns até recebiam ajuda da família, mas a “experiência” de viver a vida de operário no chão de fábrica ou de ter a mão calejada pelo cabo da enxada era um compromisso pessoal e político. (p. 53).

Integrar-se na produção, sendo nas fábricas ou nas regiões rurais, também implicava em passar a viver de maneira clandestina. Derlei Catarina de Luca, militante

da AP na época, conta em seu livro, *No corpo e na alma*, histórias sobre a sua experiência como militante clandestina. Um dos primeiros lugares para onde foi enviada, em janeiro de 1969, foi para Curitiba para ser operária em uma fábrica. Lá deveria aprender a ser como as operárias, ou seja, se portar como operária, trabalhar e aprender a usar as máquinas corretamente, e ter registro na carteira de trabalho, para não levantar suspeitas, onde não constava o nome Derlei Catarina De Luca e sim Deise Campos.

Raquel Felau Guisoni, também militante da AP, não iniciou sua clandestinidade da mesma forma que Derlei. Raquel era casada com um dos dirigentes regionais da organização (que englobava a área de Santa Catarina e Paraná), e foi ao lado do marido para uma pequena vila rural no norte do Paraná, chamada Paranaíba. Lá Raquel, assim como Derlei, também mudou de nome e passou a assumir uma nova identidade.

Maria Auxiliadora da Cunha Arantes⁴ (1999, p. 37) ao tratar das diferentes formas e modalidades de clandestinidade, pontua que tal prática era “uma decorrência da tática de luta, adotada em cada uma das organizações que se tornaram clandestinas”. Na AP, o estilo de vida dos/as militantes era mais semelhante, no dia-a-dia, à vida das massas. O/a clandestino/a integrado/a trabalhava na fábrica, na lavoura, na cooperativa ou no sindicato.

Sobre as clandestinas das organizações armadas que atuavam nas cidades, a exigência de segurança determinava um rígido confinamento em aparelhos, lhes permitindo sair unicamente para as ações e para os encontros onde lhes eram passadas as orientações. As reuniões dos grupos clandestinos eram feitas sob segurança armada e em vários casos a repressão se utilizou de “infiltrações”, ou seja, militares se infiltravam nas Organizações de combate ao regime civil-militar, conseguindo muitas vezes localizar, prender e punir quem se opunha ao governo, punição esta que muitas vezes estava diretamente relacionada a práticas de tortura, tanto psicológica quanto física.

Não restavam muitas alternativas para aqueles/as que escolhiam continuar dentro das organizações de oposição atuando, resistindo e lutando contra a Ditadura. Arantes (1999), sobre esta perspectiva, defende que:

⁴ Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes é psicanalista. Formou-se pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em psicologia no ano de 1963. Militante política, participou da fundação de Ação Popular e, durante o regime militar brasileiro ficou presa entre dezembro de 1968 e maio de 1969 junto com seus dois filhos de 2 anos e 3 anos de idade.

[...] a escolha da clandestinidade era uma questão de sobrevivência decorrente de sua condição de militante perseguido e considerado inimigo pelas forças militares e policiais [...] o militante político que fez a escolha da clandestinidade, provavelmente estava capturado pelas condições sociais e políticas no país (p. 66).

No Brasil, o golpe de 64 restringiu a liberdade de ação destas militantes, entretanto a autora afirma que o/a militante tinha a escolha em suas mãos; porém nem sempre tal escolha era palpável, muitas vezes não lhe restava outra opção. Esta é uma questão que envolve diversos fatores, como por exemplo, condição financeira (seja da família, seja da própria organização) que fosse capaz de financiar o/a militante fora do país, no caso do exílio político – e muitas vezes, mesmo existindo uma condição financeira favorável para essa possibilidade, sair do Brasil não era o objetivo, eles/as acreditavam que a luta deveria vir de dentro do país, para aqueles/as que se dispunham a lutar.

Se tornar clandestino/a também podia ser visto como uma forma de status dentro da organização. Ser escolhido/a para se tornar clandestino/a era quase um privilégio, era sinal de que o/a militante era combativo/a, que tinha um papel preponderante na luta revolucionária e não podia estar em público. Ou ainda, a clandestinidade era, para muitos/as, uma maneira de permanecer no Brasil. Scarpelli (2009), em *Marcas da Clandestinidade*, traz outra variante importante: nem todos/as militantes entraram na clandestinidade para continuar a luta. Sobre isso escreve:

Alguns mesmo que quisessem continuar, não conseguiam, [...] estavam tão visados pela repressão que precisavam ficar trancados nos chamados “aparelhos”. Outros realmente fizeram a opção de abandonar a luta contra a Ditadura e entraram para clandestinidade como uma forma de se proteger e fugir da perseguição (p. 109).

Mas nem sempre quem vivia a situação de clandestinidade ficava enclausurado/a e/ou migrando de aparelho em aparelho; essa condição era mais comum para militantes que eram dirigentes das organizações, que eram vistos/as como mais perigosos/as pela repressão, como, por exemplo, Fernando Gabeira (1996), que narra em seu livro, *O que é isso companheiro?* um pouco da sua trajetória como clandestino e os diversos aparelhos em que ficou escondido durante a Ditadura; bem como o que ele fazia para sobreviver sem levantar suspeitas como, por exemplo, dormir sentado na poltrona segurando a arma, em extremo estado de alerta; ou ainda o fato de não poder ligar o rádio ou fazer o mínimo barulho quando a pessoa que o estava abrigando saía para trabalhar, para a vizinhança não desconfiar que havia outra pessoa naquela residência.

Caso isso acontecesse, tanto ele quanto a pessoa que o estava abrigando iriam correr riscos. Havendo a possibilidade da pessoa que percebeu a movimentação fora do normal informar a repressão e tanto ele, quanto quem o abrigou serem, na melhor das hipóteses presos.

Foi somente com a decretação da Anistia, em agosto de 1979 que terminou a clandestinidade política para inúmeros/as militantes, contudo muitos/as ainda permaneceram mais algum tempo vivendo como clandestinos/as, ou por receio de que a Ditadura voltasse ou por terem feito toda uma nova vida na clandestinidade e temerem a volta para suas vidas antigas. É com a Anistia que Derlei e Raquel voltam a assumir suas identidades e a usarem seus nomes verdadeiros em segurança. O que ambas vivenciaram durante seus anos como clandestinas é o que irei trabalhar no próximo capítulo.

Capítulo 2: Clandestinas

Chegou o momento de apresentar devidamente as personagens – entrevistadas – que fizeram este trabalho acontecer. Ao longo do capítulo perceberás que não se trata apenas de duas mulheres, mas sim de várias, cada uma com sua própria história de vida, semelhantes e diferentes entre si; todas conectadas pelo fio da clandestinidade. Maria, Deise, Maria Luiza, Iracema, Derlei, Raquel, e Catarina foram todas militantes clandestinas da Ação Popular e esse capítulo se trata delas especialmente. Porém não vamos nos apressar, cada uma delas será apresentada em seu devido momento. Por hora lhes apresento as catarinenses Derlei Catarina De Luca e Raquel Felau Guisoni.

Duas mulheres, um nome: Maria

Foi em 13 de dezembro de 1968 que Derlei Catarina De Luca passa à clandestinidade. Estava ouvindo o rádio junto com companheiras no Diretório Central dos Estudantes (DCE) quando se inicia a leitura do Ato Institucional nº5. No mesmo instante ela e as outras começam a recolher e queimar documentos, panfletos, jornais e etc.

O Ato era esperado. Só não sabíamos o dia nem a hora. Esperávamos para depois do Natal, que a tradição cristã imperasse e a ditadura permitisse um Natal sem repressão nem golpe. Mera ilusão. (DE LUCA, 2002, p.27).

Derlei, acompanhada de Valmir Martins e Heitor Bitencourt Filho, passam em sua casa, no centro de Florianópolis, e lá continuam a destruir e queimar documentos,

dentre eles seus diários. Valmir ao presenciar a cena fica espantado com o fato da companheira ainda escrever diários (DE LUCA, 2002). Em pleno 1968, com toda a efervescência política que estava ocorrendo, diários eram apenas mais uma prova que a Ditadura poderia usar contra a pessoa que o escrevia.

Limito-me a rir. Parece mentira, naquela agitação toda de 68, ter tempo para escrever diário e poesia. Não perdi a mania até hoje. Apesar dos desencontros da vida. Queimo-os e decididamente queimo parte de mim mesma. (DE LUCA, 2002, p. 28).

Derlei então segue para Canasvieiras, chegando lá Heitor retorna ao centro para acertar detalhes sobre a segurança, Valmir permanece com a companheira. Passam a noite na praia de Canasvieiras. Depois de tanta correria, um pequeno momento de calma.

Olho para o céu... o silêncio. Vou aprendendo a ouvir o silêncio, e ficar calada. Vou adquirindo autocontrole. No fundo tudo parece um filme. (DE LUCA, 2002, p. 30).

A primeira noite na clandestinidade se passa. Derlei já estava minimamente preparada para tal mudança, a AP já havia orientado que se houvesse um endurecimento do regime a clandestinidade seria o único caminho a seguir. Era o início da política de deslocamentos da organização. Após alguns dias na praia, foi realizado o Congressinho da UNE, onde diversos estudantes se reuniram para discutir o que deveria ser feito a partir dali. Estava então definido que havia acabado o período de estudante de Derlei. No dia seguinte ao Congressinho Derlei vai para a casa de um agricultor, ainda na Ilha, cujo filho era da Polícia Militar, mas simpatizava com a Ação Popular. “O pai não entende muito dessa moça chamada Maria, trazida para casa pelo filho. Também não faz perguntas.” (DE LUCA, 2002, p. 32).

A clandestinidade exigia da militante a mudança do nome, era uma forma de permanecer segura, uma vez que seu nome verdadeiro estava sendo espalhado pelo país e visto como de risco à segurança nacional. Mudar o nome era o início do processo de clandestinidade. Derlei, ao ser apresentada ao pai do companheiro como Maria, legitima sua entrada na clandestinidade. A partir daquele momento a catarinense de Içara deixa de existir, dando lugar à jovem Maria.

Passado alguns dias a direção decide que Maria deveria seguir para Curitiba. Em Curitiba, é abrigada na casa de um casal catarinense, onde passa o natal. Em seguida é levada para um apartamento, chamado pelos/as militantes de aparelho. O aparelho

servia para abrigar militantes, fazer reuniões, produzir e estocar material produzido pelas organizações, etc., por isso deveria ser um local totalmente seguro, o risco que se corria mantendo um aparelho era enorme, vários/as militantes caíram devido a descoberta de aparelhos pela repressão. Em sua autobiografia Derlei nos conta um pouco sobre os dias dentro do aparelho em Curitiba, enquanto aguardava pela chegada de companheiros/as de diversos lugares para a realização da reunião de definição de tarefas, que seria realizada após o ano novo, em janeiro de 1969:

Como não se pode sair jogamos baralho, lemos, ouvimos música, baixinho, mantendo sempre a mesma luz acesa para não chamar atenção dos vizinhos. Os alimentos são trazidos por uma companheira paranaense, chamada Vera, uma vez por dia, e que não fica no apartamento. (DE LUCA, 2002, p. 34).

Enquanto não chega 1969, as tarefas dentro do aparelho eram: estudar os “textos de Lênin, Stalin, Mao Tsé Tung. Materialismo histórico e dialético. Conjuntura nacional e internacional. História do Brasil e principalmente geografia” (DE LUCA, 2002, p. 34). A base teórica era de extrema importância dentro da militância, era necessário saber tudo sobre o país para conseguir realizar os trabalhos que se seguiriam. Chega finalmente a noite de 31 de dezembro de 68, e como de costume no Brasil, fogos de artifício dominam o céu, pessoas saem para as ruas para celebrar a chegada do novo ano. Maria sai para a rua com um companheiro, desobedecendo às regras de permanecer no aparelho.

Não tínhamos na cara, impressa, a marca de pessoas que estavam trocando de vida por uma opção de luta contra a ditadura militar, no poder. Voltamos meia hora depois. Não acontece nada, ninguém nos critica. A direção não toma conhecimento. Agora, já não tem importância. (DE LUCA, 2002, p. 35).

Ocorre no dia 3 de janeiro de 1969 a Reunião Ampliada da Direção Regional de Ação Popular da R2 – como era chamada a região Paraná-Santa Catarina – onde estavam presentes dirigentes e representantes de cada setor: operário, camponês, estudantil, Comissão Militar e Serviços. Eram ao todo 19 pessoas, sendo 5 mulheres e 14 homens:

Caio, Prado, Leny, Pedro, Mário, Olga, Sebastião, Maria (eu), China, Zequinha, João, Jorge, Iracema, Catarina, Célia, Dete, Vargas, Dutra, Deodoro. Tudo nome frio. (DE LUCA, 2002, p.35).

A proporção de militantes mulheres na reunião está diretamente relacionada à proporção total de militantes mulheres na Ação Popular. Existia mais ou menos um terço de mulheres que militavam na AP, poucas, entretanto, chegaram à direção.

Com a realização da reunião fica então decidido que a prioridade no momento seria a integração na produção de todos/as os/as militantes de origem pequeno burguesa. A integração era considerada tarefa fundamental, ocorria no campo ou na fábrica. O objetivo era a proletarianização dos/as militantes, ou seja, “aprender a trabalhar em fábrica, obter registro na carteira de trabalho, adquirir alguma experiência e posteriormente ir para o ABCD Paulista, considerado área fundamental” (DE LUCA, 2002, p. 36). Para quem ia para o campo o objetivo era o mesmo, só que trabalhando em fazendas, se integrando em meio aos sindicatos, mobilizando a classe camponesa. A divisão de quem vai para onde vai sendo definida:

Os homens vão para o campo. As mulheres para as fábricas nas cidades. Apenas algumas esposas não militantes acompanharão seus maridos. Como pela teoria revolucionária leninista, o operariado é a classe dirigente da revolução, brincamos com eles nos intervalos.

- Neste caso, nós, mulheres, vamos estar junto da força dirigente [...] (DE LUCA, 2002, p. 36).

Podemos perceber como as relações de gênero estavam presentes nas organizações que iam contra a Ditadura, em específico aqui na Ação Popular. Nesta narrativa de Derlei podemos observar, com um olhar de gênero, que as mulheres tinham consciência da hierarquia sexual existente dentro da organização, e responderam à isto em meio à brincadeira, mostrando aos companheiros homens que, assim como eles, elas também estavam exercendo um papel de grande importância para a revolução. Cristina Sheibe Wolff (2010), nos lembra que a Ação Popular, por ter suas raízes na JUC, era vinculada à perspectiva da Teologia da Libertação. Sendo assim, a AP:

[...] ao assumir a tese da guerra popular prolongada ligada à perspectiva maoísta, passou a enviar seus componentes para fábricas ou outras regiões rurais. Considerando que para as mulheres seria mais fácil viver nas cidades, a maioria dessas militantes deveria se engajar em fábricas como operárias. Já os homens deveriam ir para as regiões rurais no interior do país. Em ambos os casos, a missão era tanto pessoal quanto política: proletarianizar-se, tornar-se verdadeiramente proletário, viver na carne, na fome, nas mãos calejadas, a “experiência” de ser proletário. Ao mesmo tempo, esperava-se que exercessem nestes lugares o papel da vanguarda revolucionária. (p. 141).

Muitos/as militantes tinham relacionamentos, alguns fora, outros/as com pessoas de dentro da organização, porém, com a estratégia de integração, muitos casais foram separados, sobre essa política da AP, Derlei relata:

[...] a estratégia é o cerco da cidade a partir do campo, segundo a teoria de Mao Tsé Tung. Para lá são mandados os melhores quadros e militantes, separando noivos, namorados, casais.

- *A AP não tem casais de militantes. Tem militante individual*, diz um membro da direção. Fazemos um esforço para pensar em terceira pessoa. Não é fácil, mas é necessário. E colocamos o amor à AP acima dos nossos interesses pessoais. (DE LUCA, 2002, p. 36-37).

Quando ela diz que colocavam o amor à AP acima dos próprios interesses pessoais, De Luca nos traz mais uma vez o pensamento dessa juventude militante, nos mostrando que em primeiro lugar vinha a organização. Mas não eram escolhas fáceis, muitas pessoas sofriam com isto, “as separações afetivas, discutidas ‘politicamente’, foram uma das provas mais duras impostas pela direção aos militantes” relata De Luca (2002, p. 37) antecedendo um pequeno poema escrito por ela em janeiro de 1969, em uma praia do Paraná:

[...]

Amor maior que dava ânimo
 Nos momentos mais difíceis
 De enfrentamento com o inimigo
 Na opção de cada momento
 De continuar caminhando adiante.
 Amor separado com lágrimas
 Por uma exigência política do Partido
 O compromisso MAIOR.
 (DE LUCA, 2002, p. 41).

Apesar desta diretriz, nem todos os casais foram separados, em alguns casos era inevitável mandar as mulheres para o campo. Segundo Wolff (2010), na década de 60, a população rural era predominante no Brasil, mesmo com a industrialização e, apesar disso, existia o fato de que dois dos exemplos de guerrilha que se espelhavam haviam começado em áreas rurais, a guerrilha chinesa e a cubana. No Brasil, se acreditava que o campesinato teria um papel fundamental na revolução, por isso muitas organizações investiram em áreas rurais. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por exemplo, iniciou um movimento na região do Araguaia, onde, após 1972, vários outros grupos também se integraram, inclusive a Ação Popular. Entre outras áreas, o interior do Paraná também foi escolhido para a integração no campo.

Um exemplo de militante mulher da AP que foi encaminhada para a integração em área rural é Raquel Felau Guisoni. Contudo, apesar de possuir um relacionamento com o também militante Divo Guisoni, a organização não os separou. Isso se deve ao

fato de que, entre outras coisas, Raquel e Divo eram casados e estavam esperando sua primeira filha. E mais, um casal (se passando por lavradores) chegando do nada em meio ao campo não levantaria tantas suspeitas quanto uma mulher ou um homem sozinho, e a organização prezava muito pela segurança dos/as militantes. Raquel, em sua entrevista, nos conta que já estava grávida quando fez o levantamento da área que iria, junto ao marido, se integrar: uma pequena vila ao norte do Paraná, chamada Paranavaí.

[...] eu fiquei grávida em 68. No final de 68 quando eu já estava com seis pra sete meses de gravidez, a gente fez um levantamento da onde a gente ia se integrar, bom a gente ia, partíamos, por exemplo, nós fomos para Paranavaí, norte do Paraná, pra ver onde que a gente se integraria para desenvolver a luta. (GUISONI, 2013).

A prática da integração tinha como objetivo também fazer os/as militantes sentirem na pele o que era viver como proletário. Era necessário se desvincular da família, deixar para trás tudo o que já havia conquistado. Entrar para a clandestinidade era esquecer a vida que vivera até então e começar uma nova. Quando Raquel, junto de Divo resolve entrar para a clandestinidade, precisou se desfazer de tudo o que tinha, sobre isso conta:

quando a gente decidiu ir, por exemplo, a gente se desfez de todas as coisas que a gente tinha, né, de roupas, jóias, de tudo, inclusive, me despedi da minha mãe, eu sou filha única, com a perspectiva de talvez nunca mais vê-la, né, mais era o que era colocado. (GUISONI, 2013).

Ao chegarem ao campo, deixa de existir Raquel e Divo. A partir daquele momento eram Maria Eufrida Schneider e João Pereira, agricultores e pais de Iracema – que recebeu este nome devido ao fato de ser o codinome da mãe dentro da AP. Maria e João, com os poucos recursos que tinham, construíram uma pequena casinha e começaram a trabalhar na roça, iniciando assim uma nova vida a partir do zero. Arantes (1999), sobre a perspectiva da AP em relação à integração no campo coloca:

No campo, a orientação era trabalhar como “parceiro”, “posseiro” ou “pequeno proprietário”, os setores mais pobres da região. Também tornar-se igual no jeito de vestir e de morar, sem luz elétrica, fogão a lenha e carvão, sem água encanada, casas de terra batida ou pau-a-pique, e comida muito pouca. (p. 33).

Maria, junto com o marido, começou a trabalhar na roça e viver como camponesa. Durante o período em que viveram na fazenda aos arredores de Paranavaí, Raquel recorda que passou por algumas dificuldades:

A situação foi mais crítica ainda na fazenda porque foi num período que a gente estava lá de uma geada muito grande, que matou tudo que tinha, eles já não tinham produzido arroz pra ficar pra eles. A gente não tinha o que comer, foi um período em que na verdade a gente viveu de passar fome, fome, não tinha o que comer. O que nos ajudava às vezes eram os alimentos da Aliança para o Progresso, vinculado à Igreja, que às vezes a gente conseguia alguma coisa, mas assim, carne não tinha, ovo não tinha. Quando a liderança tinha umas galinhas, quando tinha um ovo, não eram pra nós, eram repartidos pra todo mundo, quando a gente achava um limão, um limão pra mudar o sabor da comida era fantástico. Foi um período na verdade que eu conheci o que era fome, minha filha ainda se salvava porque ela mamava, imagina assim, na época que a gente foi pra se integrar, pro campo, eu era assim, como eu amamentava eu deixava todo mundo comer e se sobrasse mais eu comia, porque eu era “fomeniaca”, porque como a comida era dividida, se sobrava eu comia mais. (GUISONI, 2013).

É interessante salientar que as lembranças de Raquel estão mais relacionadas ao ambiente privado, diferente de Divo que, durante sua entrevista se agarra muito mais às lembranças relacionadas ao ambiente público, como as questões políticas, como fica explícito em sua fala:

Foi em 69, eu estava em Paranavaí fazendo o 1º de maio. Em 69, mesmo com o AI-5 a gente fez o 1º de maio na rua, tinha um sindicato lá que era combatível e tal, nós fomos lá junto e mandamos ver. Mas nós fomos eleitos. Então, nós trabalhávamos com o pessoal, cultivávamos a terra, nós tínhamos constantes reuniões, etc., e eu fui eleito em cima da história que eu era grevista das greves de Maringá (GUISONI, D. 2013).

A fala de Divo se refere ao momento em que ele e Raquel estavam em Paranavaí, no início da clandestinidade. Durante toda sua fala, ele narra sua experiência como clandestino no campo partindo da sua relação com o sindicato dos trabalhadores rurais do local. Raquel, por outro lado, aborda mais as questões do lar e da família, sua relação com as filhas e com o marido. Contudo, apesar de Raquel não dar ênfase à questão política, ao trabalho, ou seja, às questões de âmbito mais público, isso não significa que ela não estivesse presente neste ambiente. Em um momento da entrevista ela nos relata sobre uma época em que ganhava bem, quando trabalhava com vendas e teve mais jeito para os negócios do que o marido:

O Divo, não sei se ele contou, ele tentou ser vendedor de livros mas nunca conseguiu ganhar dinheiro! [risos] Por quê? Porque ele usava da lábia toda daí o povo começava dizendo os problemas que tinham e que não tinham, e daí ele não conseguia vender livro nenhum porque o pessoal não tinha grana pra comer, daí ele desistiu de ser vendedor de livros, mas eu até conseguia! (GUISONI, 2013).

As dificuldades vividas por Raquel e Divo foram impactantes e ficaram marcadas na lembrança de Raquel. Michelle Perrot (1989), em *Práticas da memória feminina*, coloca que para as mulheres de antigamente, o modo de rememoração estava diretamente ligado à sua condição, ou seja, ao seu lugar na família e na sociedade. Seria

uma memória do privado, ligada ao íntimo, e também presente nas mulheres de hoje (que ainda carregam o que resta das mulheres de antigamente), sendo a elas delegada por convenção ou imposição. Em contraposição, questões como a recordação da infância ou da vida privada, teriam sido atrofiadas na memória masculina, uma vez que o trabalho e a vida pública ocupam uma maior importância nas recordações.

Perrot (1989), falou das mulheres do século XIX e, apesar desta monografia estar trazendo as memórias de Raquel, nascida em meados do século XX, não posso ignorar o fato da entrevista ter sido concedida e realizada em pleno século XXI, ou seja, não foi a Raquel da década de 60 que estava narrando sua vida, foi a Raquel de 2013, com suas ideias, pensamentos e críticas atuais sobre o momento vivido em questão, com um olhar diferente do que provavelmente ela tinha durante os anos de clandestinidade.

Deise Campos

A Ação Popular havia decidido em reunião que Derlei, com o codinome de Maria, a partir daquele momento, iria se integrar em uma fábrica de Curitiba. Para isso era necessário obter toda uma documentação que comprovasse a nova identidade da militante, que sustentasse a nova história de vida criada para Maria, que passava a ser Deise Campos e que tinha como objetivo fazer o aprendizado de vida operária, usar as máquinas, ter registro na carteira de trabalho, se infiltrar em meio ao operariado, aprender a ser como elas.

Aí eu fui pra Curitiba, eu fui deslocada pra trabalhar na fábrica, então a Ação Popular arrumou toda a documentação com nome de Deise Campos. Aí eu passei a ser Deise Campos, fui trabalhar na fábrica. No começo a gente não tem muita prática né, então se enrola toda porque alguém te chama de Deise, tu não responde porque não tá acostumada com o nome ainda. Tu tens que criar uma história, criar uma lenda: pai, mãe, irmãos, onde nasceu. Então do ponto de vista psicológico é bastante complicado, não é uma coisa simples né? Aí eu troquei de nome, de profissão no caso né, e na clandestinidade a gente tem que abandonar tudo, abandonar a família, não pode ter contato com nada. (DE LUCA, 2015).

De Luca (2002) então cria uma história, como ela escreve em sua autobiografia, uma lenda, que estabelecesse uma cobertura com dados coerentes:

Deise Campos nasceu no Mato Grosso, perdeu os pais, veio buscar trabalho no sul. Quem sabe ela não encontra parentes da família que eram daqui? (p. 37).

Após assumir a identidade de Deise Campos e conseguir emprego em uma fábrica têxtil, o desafio era incorporar a personagem operária aprendiz, pois não se

tratava apenas de assumir um novo nome, era preciso assumir toda uma vida que vinha junto com o nome. Toda a ação requeria certo tipo de disfarce, sendo que o disfarce não era ligado somente à aparência física adotada pelo/a clandestino/a; havia, também, todo um novo jeito de se relacionar publicamente no trabalho, no cotidiano e até em situações de perigo; o/a clandestino/a passava a ter o “jeito” do nome que estava assumindo. O/a clandestino/a tinha que “aparentar” aquela “identidade”, principalmente se estivesse integrado/a na produção, no campo, ou realizando alguma função que requeresse um nível de escolaridade diferente do seu. Segundo Arantes (1999), vários foram os nomes usados pelos/as militantes, e, para legitimação dos mesmos, eles/as possuíam documentos que utilizavam no emprego ou em viagens. Havia também os diferentes nomes adotados pela/o mesma/o militante: o nome que utilizavam dentro da Organização, o que usavam em caso de precisar pedir ajuda em caso de perigo, o que usavam com familiares e/ou amigos/os. Durante a entrevista com Derlei, ela comenta sobre a documentação:

[...] além do fato de usar outra documentação, a documentação só era conhecida na fábrica, os outros militantes de AP com quem a gente tinha contato, todo mundo se conhecia com nome frio, então a gente... na verdade ninguém se conhecia pelo nome verdadeiro das pessoas. (DE LUCA, 2015).

Deise, quando estava no escritório da fábrica sendo contratada comete um pequeno deslize. Quando lhe trazem os papéis para assinar e efetivar sua contratação ela pergunta se poderia lê-los antes de assinar. Imediatamente lhe olham de atravessado, percebendo o deslize assina e imediatamente sai. Depois reflete: “Nenhuma operária, precisando de emprego, lia nada antes de assinar o contrato” (DE LUCA, 2002, p. 45).

A rotina de operária não era fácil, era uma rotina de trabalho pesada, e Deise era apenas uma aprendiz; não estava acostumada, mas precisava se adaptar, a organização estava contando com ela. Sobre as dificuldades de adaptação, De Luca (2002) escreve:

Difícil foi na primeira semana. De pé, frente à máquina. As lágrimas enchiam-me os olhos. Teimava em não chorar. O cansaço me matava, quatro horas ininterruptas, diante da máquina de produzir fios. Tomava cuidado ao falar depois da mancada no escritório. (p. 45).

Derlei vinha de família pequeno-burguesa, até então só havia militado no Movimento Estudantil, sido boa aluna e dado aulas para analfabetos em Içara, Santa Catarina. Era a primeira experiência da jovem militante como operária, se passando por uma moça simples, com pouca educação, órfã e que desde cedo precisou aprender a se virar sozinha. Aos poucos ia se adaptando à rotina de operária, e dia após dia ia

refletindo o porquê de a classe operária ser considerada a força dirigente da revolução e ter o direito de dirigir a produção e os destinos do país. Era uma vida dura:

Levantava de manhã cedo, pegava das 6 às 10. Voltava de 2 às 6 horas. Na semana seguinte, mudava de turno: das 10 às 2 da tarde, das 6 às 10 da noite. Tudo para escamotear o horário do almoço, tirando qualquer possibilidade de tempo livre dos operários. Com um horário desses, quem poderia estudar? O estômago arrebatava por causa do horário das refeições. (DE LUCA, 2002, p. 45).

Faz parte da vida de militante ter que se adaptar ao modo de vida à qual está sujeito/a enquanto integrado/a ao operariado ou ao campo. O/a militante tem que se inserir de alguma maneira nas normas sociais do grupo a que está pertencendo, para não levantar nenhum tipo de suspeita sobre suas reais práticas; isso inclui não quebrar as regras das relações de gênero vigentes. Deise, enquanto operária aprendiz de tecelã segue as regras estabelecidas dentro da comunidade operária em que estava inserida. No trabalho as horas extras eram uma obrigação, ninguém negava cumpri-las e mesmo sabendo que aquilo era exploração, ela também cumpria, assim como todas as outras. Porém pelo fato de ser mulher, o turno se encerrava meia noite, apenas os homens continuavam madrugada adentro. Outro ponto importante era em relação ao modo como as operárias se vestiam. Sobre isso fala:

Agora não tem tanta diferença, por causa da televisão, influência da televisão e tal, mas na época estudante universitária usava calça comprida, camiseta; operária não, operária usava vestidinho bem comportadinho, era muito difícil ter operária na fábrica de calça comprida, camiseta e essas coisas. Não, elas eram mais conservadoras no caso né? (DE LUCA, 2015).

Anne Hollander (1996) nos traz outra perspectiva sobre o uso do “uniforme”, ou seja, aquela roupa que identifica certo grupo social.

[...] o “uniforme”, tão vigorosamente escarnecido pela atual retórica sobre as roupas, é realmente o que as pessoas preferem usar, roupas com as quais elas se sentem seguras e iguais aos seus companheiros. (p. 229).

Derlei preferia usar calças compridas e blusa de malha, mas a questão era que Derlei não existia naquele contexto, quem vivia naquele grupo era Deise. Deise não tinha frequentado a universidade, era de uma família de classe baixa e diferentemente de Derlei, não havia tido contato, por exemplo, com os avanços do feminismo, que possibilitava às mulheres uma reestruturação das normas de gênero, que nesse caso era o uso de calças ao invés de vestido. Porém, devido ao fato da maioria das mulheres irem trabalhar de vestido, Deise ia de vestido.

Hollander (1996) trabalha a questão da roupa relacionada à questão da aceitação pessoal, ou seja, havia uma justificativa para o fato de Derlei preferir usar calça comprida ao invés de vestido. Enquanto atuava no movimento estudantil, era esta a roupa que mais usava, e que de certo modo lhe trazia uma afirmação de si enquanto Derlei. Entretanto, era Deise quem necessitava de aceitação pessoal junto às operárias. Sobre isto, a autora coloca:

A necessidade de aceitação pessoal é satisfeita por um conjunto de disfarces impessoais aceitáveis; se você adotar um de modo completo, ninguém verá através dele o seu verdadeiro eu. Você terá vestido um uniforme ou assumido os hábitos; o manto honrado de seu grupo escolhido o protegerá do ridículo. (HOLLANDER, 1996, p. 229).

Na clandestinidade, o/a militante necessita assumir uma nova identidade, como já foi colocado, porém vai muito mais além do que mudar de nome e inventar uma nova história de vida. Era preciso sustentar de todas as maneiras possíveis a nova identidade, para isso muitos/as mudavam o cabelo, o modo de se vestir, de falar, algumas pessoas foram capazes de mudar de rosto, como Lamarca, um dos grandes personagens da guerrilha brasileira, que por ser tão procurado pela repressão acabou fazendo uma cirurgia plástica no rosto para mudar sua aparência física, acreditando ser o único tipo de disfarce que o protegeria das forças militares. Quando falamos de disfarce, estamos falando de toda uma personagem que o/a militante passa a “interpretar” quando se torna clandestino/a, quem sabe até com mais veracidade do que uma atriz que interpreta uma personagem nos palcos. O objetivo disso: driblar a polícia que possuía milhares de fotos e informações específicas sobre cada militante. O disfarce era a essência da nova imagem física do/a militante.

Para Arantes (1999), a questão do disfarce vai mais além. A autora nos traz os mitos das antigas civilizações, como a grega, onde as narrativas heroicas e as histórias de amor proibido tratam o disfarce como uma forma de astúcia para as pessoas que se utilizam dele frente à uma situação adversa de perigo, e acrescenta:

O disfarce, sua astúcia e as fantasias que o envolvem têm na militância política um objetivo determinado: a tentativa de sobrevivência dentro do campo do inimigo e sobretudo, a salvaguarda da própria vida para a luta de resistência e de combate. (p. 79).

Deise Campos não era apenas um nome, era uma jovem tecelã que vivia da mesma forma que todas as operárias do bairro. Morava em um quarto alugado no bairro operário onde mal cabia uma cama de solteiro e um fogareiro. O banheiro era coletivo,

entretanto, para quem havia morado em república estudantil, este era o menor dos problemas, analisa De Luca (2002) e ainda coloca:

A diferença é que aqui eram famílias inteiras usando o mesmo banheiro. Homens, mulheres, crianças. Casais moravam juntos, os homens desapareciam por semanas e as mulheres não tinham a quem recorrer. Assistia às brigas no bairro, crianças doentes sem ter assistência médica, nem INPS, nem dinheiro. Mães cozinhavam em fogareiro de querosene ao lado do bebê que chorava. Os olhos ardiam da fumaça. Mulheres, com raiva dos maridos, gritavam com os filhos. Não havia segredos. Todos sabiam da vida de todos. (p. 47).

Deise estava aos poucos se adaptando à nova vida. A rotina na fábrica, segundo De Luca (2002) ia caminhando bem, tanto que havia sido realocada de máquina. O relacionamento com as operárias também ia melhorando a cada dia, as conversas iam se encaminhando lentamente para o terreno político. Contudo, isto ia ocorrendo externamente, internamente a jovem clandestina sofria uma transformação relacionada aos valores e normas de comportamento que aprendera até então. A classe operária era muito mais simples na forma de pensar, as moças não teorizavam sobre o amor, simplesmente amavam. Algo que chamou a atenção da clandestina foi a questão do aborto.

Até 68, na UFSC, não se discutia o aborto. Na fábrica ninguém discute também, mas em caso de necessidade concreta, praticavam. E todas ajudavam, sem esquentar a cabeça, sem questionamentos, sem teorização. Passo uma noite cuidando de uma operária que fizera aborto. (DE LUCA, 2002, p. 49).

Estas questões eram pouco discutidas. Se pararmos para pensar no movimento feminista brasileiro de *segunda onda*, com suas pautas e demandas específicas, podemos dizer que foi durante o início dos anos 1970 que algumas ações foram sendo realizadas, mesmo sobre a repressão autoritária que pairava sobre o país. Ana Alice Costa (2010) quando escreve sobre o feminismo brasileiro em tempos de Ditadura, coloca que foi em 1972 que ocorreu o I Congresso de Mulheres, promovido pelo Conselho Nacional da Mulher, entidade conservadora e que possuía certa proximidade com o regime militar, entretanto, o congresso contou com a presença de feministas ligadas mais à esquerda, como Heleieth Saffioti e Carmem da Silva.

Diante disto, as questões como o direito ao corpo, o uso de pílulas contraceptivas e a questão do aborto, estavam começando a ser discutidas nos grupos de reflexão feministas, grupos em sua maioria formados por mulheres de classe média, e que possuíam ainda um caráter muito privado. Segundo Costa (2010), a ideia de “grupo

privado” reflete o clima aterrorizante em que se encontrava o Brasil. Mais de quatro pessoas reunidas no mesmo local, mesmo este sendo privado, poderia ser visto como subversivo, ou seja, as autoridades poderiam realizar severas punições. Entretanto, estes grupos de reflexão existiam também em países onde a Ditadura não estava instalada, como por exemplo, os Estados Unidos e a França, nos mostrando que se reunir no privado é considerado como prática destes grupos, independente da Ditadura.

Deise começara naquele instante a refletir sobre a questão do aborto, como fica claro em sua fala, com isso podemos perceber que já estava se formando, nela, uma consciência de gênero. Ou seja, começa a se formar um pensamento crítico sobre assuntos que envolvem e dizem respeito às mulheres, como é o caso da maternidade e do aborto, neste episódio em específico.

A clandestinidade, muitas vezes leva o/a militante à solidão. Com Deise não foi diferente, apesar de ter feito amizade com as moças da fábrica, com as famílias que moravam no mesmo conjunto habitacional que ela, e apesar de manter contatos com militantes da organização, a clandestinidade era uma vida muito sofrida para uma jovem universitária acostumada em ter sempre por perto a família e amigos/as. Por isso, com o passar dos meses, Deise vai descobrindo diversas famílias catarinenses em Curitiba e começa a fazer visitas esporádicas, contrariando as regras de segurança da AP.

Eu sofria com a clandestinidade, precisava ver gente com vida normal. Essa capacidade de procurar e encontrar pessoas, em todas as cidades onde morei, salvou e facilitou a minha vida em várias oportunidades. (DE LUCA, 2002, p. 56).

Cinco meses haviam se passado desde que Deise chegara à Curitiba, tempo suficiente para criar laços, iniciar conversas políticas com as operárias, distribuir o jornal *Libertação* na fábrica e no bairro, e ser visada pela repressão. O/a clandestino/a não podia se arriscar ficando tanto tempo no mesmo local, realizando o mesmo trabalho político, deveria uma hora mudar, e foi isso que Deise fez, por ordem da Organização.

[...] vou aprendendo, embora não me acostume: conviver, gostar das pessoas, ter de deixá-las. A vida se torna uma constante despedida, sem possibilidades nem prazo para o reencontro.

Pego meus documentos verdadeiros outra vez e Deise Campos, nascida no Mato Grosso, deixa de existir. (DE LUCA, 2002, p. 57).

O motivo da transferência, segundo a AP, era que a partir daquele momento Derlei passaria a possuir uma nova identidade e iria trabalhar na secretaria da

Organização, porém o trabalho se daria em São Paulo. Durante a entrevista realizada com Derlei, ela fala sobre o fim de Deise e sobre a decisão da Ação Popular de remanejá-la para o trabalho interno, onde realizaria outros tipos de tarefas, como por exemplo, realizar impressões de panfletos, trabalhar com o mimeógrafo, realizar os contatos dos/as dirigentes, dos/as militantes, etc.

Eu vou para o trabalho interno, porque numa organização clandestina, os núcleos não têm contato um com o outro, e tem um grupo de três pessoas que fazem esses contatos, e tudo através de código. Então fui deslocada para esse trabalho. Fui deslocada para esse trabalho, Deise Campos morreu, acabou, quando eu estava me acostumando com o nome de Deise Campos, Deise Campos morreu. (DE LUCA, 2015).

Ainda em Curitiba Derlei entrega seus documentos de Deise Campos para a Organização e viaja para São Paulo com os próprios documentos verdadeiros. O que seria um risco, para Derlei foi uma sorte. Poucos meses depois de chegar em São Paulo, tem um ponto marcado para receber a nova documentação, entretanto, a vida dá uma reviravolta e Derlei acaba caindo nas mãos da repressão. Porém, ter caído portando a identidade verdadeira foi para ela motivo de sorte, segundo ela mesma:

Aí fui me encontrar com a pessoa que ia me dar o documento novo, fui com a minha identidade verdadeira, fui com a minha identidade verdadeira e nesse dia eu caí. Nesse dia eu caí e... caí com o meu nome verdadeiro, que na verdade foi uma sorte, porque se eu caio com o nome falso não estava aqui pra contar história né? Na verdade foi uma sorte. (DE LUCA, 2015).

Derlei é presa em novembro de 1969 e permanece lá até 1970, quando é solta. Pesava menos de 40kg e aparentava mais de 40 anos, as roupas chegavam a lhe cair do corpo. As marcas no corpo e na alma foram profundas. O período de prisão deixou não apenas sequelas físicas, mas emocionais e psicológicas, contudo não tirou a vontade de continuar na luta pela tão sonhada revolução. Mesmo estando “magra, feia e branquela, com o cabelo pintado de loiro bem claro e óculos escuros” (DE LUCA, 2002, p. 146) a clandestina parte para a Bahia, dando início a mais um capítulo em sua vida.

Famílias clandestinas

A maternidade esteve presente na vida de muitas militantes que, rompendo diversos estereótipos de gênero, fizeram parte de Organizações de esquerda, lutando contra o governo instaurado durante o período da Ditadura, não somente no Brasil, mas também em diversos países do Cone Sul. Os aspectos que constroem a maternidade no pensamento social, em particular ocidental, são permeados por representações de gênero. Para Trindade (1999), o modelo *tradicional* de maternidade seria:

[...] uma figura feminina responsável pela manutenção do vínculo familiar. Esta tarefa deve ter prioridade sobre suas necessidades pessoais, visto que é através da maternidade que se concretizará sua identidade como mulher. A 'maternagem' é vista, então, como o ideal feminino mais nobre e dignificante. (Trindade, Apud FERREIRA, 2010, p. 2).

Entretanto, sabemos que a clandestinidade é uma forma de vida singular. Ser clandestina fazia com que os limites entre a vida privada e pública fossem menos visíveis. Para Ferreira (2010), os elementos representacionais que configuravam a *militância* (projeto coletivo) se confrontavam com os elementos que configuravam a *maternidade* (projeto individual), fazendo com que essas experiências fossem permeadas por conflitos nos quais os diversos grupos e Organizações de esquerda posicionavam-se, indicando e influenciando os caminhos a serem seguidos pelas militantes e pelos casais, já que tais projetos eram entendidos como excludentes.

Carolina Dellamore Scarpeli (2009) ao falar sobre a questão de se ter filhos/as durante a clandestinidade coloca que não era fácil ser mãe ou pai estando na condição de clandestino/a. Seguir a diante com uma gravidez impunha diversos riscos às militantes, colocando inclusive em jogo a segurança da Organização e a sua própria. Entre outros fatores, cuidar de uma criança implicava em gastos extras, e muitas vezes a mãe e o pai não estavam preparados para tal situação; ou a própria Organização, já que muitas vezes os/as militantes eram mantidos/as financeiramente por ela. Outra questão pertinente é em relação aos deslocamentos. Não ficar por muito tempo em um mesmo local fazia parte da vida clandestina, e uma criança atrapalharia tais deslocamentos, inclusive se houvesse uma possível tentativa de fuga, caso a repressão descobrisse o/a militante.

A Ação Popular, assim como outras organizações brasileiras, não incentivava suas militantes a terem filhos/as, existia uma grande interferência na vida pessoal destes homens e mulheres. A gravidez era vista como um fator de grande risco e fragilidade para o coletivo. Entretanto, muitas militantes, como Raquel e Gilse Cosenza, contrariando às regras da organização, decidiram por ter filhas e continuar militando, uma vez que existiam aquelas que encerravam suas militâncias quando engravidavam. Raquel, apesar da gravidez continuou na militância e após o nascimento de sua filha, optou por leva-la junto para a clandestinidade:

[...] ficamos muito felizes com ela e mesmo com ela pequena nós resolvemos nos integrar, era uma orientação da AP da gente não ter filhos. Como uma

forma, certo, como uma forma de você evitar alguns problemas (GUISONI, 2013).

Engravidar implicava diversas vezes em olhares de reprovação para com essas militantes que optavam pela maternidade, uma vez que a tarefa da maternidade teria prioridade sobre as necessidades pessoais da militante, colocando a organização em segundo plano, uma vez que visto pelo âmbito social, é através da maternidade que sua identidade como mulher é concretizada. Scarpeli (2009) ainda coloca era uma importante escolha, diante da conjuntura em que o Brasil estava inserido, pois implicava em:

ter ou não ter filhos em um contexto diferenciado, em que novos padrões de sexualidade estavam surgindo, inclusive para a mulher, com o surgimento da pílula anticoncepcional e a possibilidade da vivência de uma maior liberdade sexual. Outro fator que se impunha nessa escolha era o próprio contexto político; muitos não queriam ter filhos em um contexto de ditadura militar. Afinal, qual seria o destino dessa criança? Alguns preferiam esperar que a revolução fosse vitoriosa para consumir a maternidade e a paternidade. A outros simplesmente não foi possível a escolha, ser mãe ou pai aconteceu (p. 180).

Raquel estava grávida de sua primeira filha, quando resolveu ir se integrar no campo, em uma fazenda nos arredores de Paranavaí, uma pequena vila ao norte do Paraná. Além do fato de estar clandestina, também estava grávida e isso requeria cuidado e atenção em dobro. Raquel estava ciente das orientações da AP quanto à ter filhos/as, mas mesmo assim resolveu seguir com a gravidez, contrariando estas regras. Apesar disto ela diz que tal orientação “tinha sua lógica, tinha uma fundamentação e quem não a seguia tinha que arcar com a responsabilidade. Mas isso a gente tinha” (GUISONI, 2013). Escolher ter filhos/as era uma questão muito delicada, principalmente quando se pensava no que a repressão poderia fazer à criança, à mãe e ao pai, caso fossem pegos. Sobre isso Raquel fala:

eu acho que vocês conhecem muitas histórias, de prender, de levar os filhos, de prender a mulher e torturar frente ao marido e vice versa, no entanto a gente fez essa opção. Outros tinham a opção de quando se integrassem no campo de deixarem seus filhos com os pais, ou [quem] quer que seja, com os avós, pra cuidar. Nós resolvemos ter a nossa filha e resolvemos o seguinte onde a gente estiver ela vai estar, então nós vamos estar juntos, mesmo com todos os problemas que possam advir (GUISONI, 2013).

E um dos primeiros problemas que surgiram foi em relação ao nascimento de sua filha. Raquel e Divo já estavam na fazenda no período do nascimento da criança, porém o local não possuía a mínima estrutura para realizar um parto. Raquel recorda que estava prestes a dar à luz a sua filha quando decide pegar um ônibus para Curitiba,

onde encontraria melhores condições para o nascimento da menina. Então Raquel segue sozinha, com nove meses de gravidez para Curitiba, preparada para encarar uma situação de risco, tanto para ela, como para sua filha e sua Organização, caso fossem pegadas pela repressão. Para a felicidade da família, poucos dias depois nasceu a primeira filha de Raquel e Divo, em 8 de março de 1969. A menina recebeu o nome Iracema, codinome interno da mãe na Ação Popular. Para a felicidade do casal não houve complicações, Iracema logo após nascer já estava junto de sua mãe no campo.

Assim, como Raquel, Gilse Cosenza, uma das moças de Minas de Luiz Manfredini, também esteve grávida enquanto era clandestina. Porém, diferente de Raquel, que não passou por maiores dificuldades para ter sua filha, o fato de ser clandestina, para Gilse, dificultou na hora de achar um local para realizar o parto, uma vez que ela entrou em trabalho antes do previsto. Manfredini (1989) narra o episódio ocorrido com Gilse. Ela estava em reunião da organização quando sua bolsa estourou. Junto do companheiro e marido Abel, seguiu para o Hospital das Clínicas, onde foi confirmado que ela havia entrado em trabalho de parto de duas crianças, porém, Gilse ainda não estava de nove meses, as crianças correriam risco de vida nascendo prematuras. Para piorar a situação o hospital não possuía vagas, e o casal não tinha condições financeiras nem de segurança para saírem em busca de outro hospital. Resolvem retornar ao aparelho em que estavam, onde aguardavam os/as companheiros/as da Organização. Chegando lá, um grupo foi atrás de médico, outro foi atrás de roupas para criança, e Gilse ficou sob os cuidados de duas companheiras, Loreta e Solange, entretanto, ambas não tinham a mínima ideia dos cuidados que deveriam tomar naquela situação.

Pouco tempo depois Abel retornou, com a notícia de que conseguira uma vaga em um hospital particular, pequeno e discreto, com um médico espírita que aceitou fazer o parto e proteger Gilse. Ela, que mal se mantinha em pé, com a bolsa escorrendo pelas pernas sem parar foi levada para lá. Poucas horas foram o suficiente para trazer ao mundo suas duas filhas, Juliana e Adriana, bem fraquinhas e pequenas, colocadas imediatamente nas incubadoras. A situação de uma das meninas, infelizmente, era muito complicada; nascera com compressão cerebral e possuía baixa expectativa de vida. Duas semanas depois a pequena Adriana morreu. Gilse então fica com Juliana, que estava clinicamente bem, entretanto tinha dificuldade em ganhar peso. Segundo Manfredini

(1989), o desafio de fazê-la sobreviver consumia todas as energias de Gilse, mas, de certo modo, suavizava a dor da perda de sua outra filha.

Em entrevista realizada com Gilse Cosenza (2008), ela narra à Scarpeli (2009) as torturas sofridas na prisão e as ameaças que recebia constantemente em relação à Juliana, que na época tinha pouco mais que quatro meses de idade. Sobre isto conta:

[...] eles ficavam me descrevendo, às vezes a noite inteira, quando eles viram que não funcionava a tortura física e mesmo a tortura sexual pra gente falar o que eles queriam, dar as informações que eles queriam, eles falaram comigo: “- vamos ver se você é (inaudível), porque já já sua menina está aqui, e aí nós vamos fazer experiências para o progresso da ciência, nós estamos cansados de trabalhar com adultos, as reações são iguais, nós queremos ver como é que reage uma criança de quatro meses, nisso nós não temos experiência, vocês vão contribuir para o progresso científico, né? Então, por exemplo, nós vamos botar ela na banheira cheia de pedra de gelo e você vai marcar quanto tempo ela demora para virar um picolé, mas nós não vamos matar ela rápido não, não tem graça, porque nós temos que fazer experiências, como será que ela reage ao cassete, (inaudível), ao pau de arara. Como ela reage diante das outras formas de tortura? E você que vai nos ajudar, para ver quais as reações e a resistência da criança, mas nós não vamos matar ela não, aliás acho que nós não vamos matar nem você, já que você é uma mãe comunista desnaturada, matar é muito fácil, morrer pra você é muito fácil, nós vamos quebrar todos os ossinhos dela, nós vamos derreter, porque a gente vai fazer experiências, vamos por os eletrodos de choque no ouvido dela e o quê que será, será que os miolos viram mingau ou torra?” (CONSENZA Apud SCARPELI, 2009, p. 181).

Derlei, assim como Raquel e Gilse, também descobriu estar grávida quando era militante da AP, e assim como as duas, teve que decidir se teria a criança ou não. Estava em Salvador, Bahia, sendo Maria Luiza Vitalli, quando descobriu que estava grávida, depois de dias de vômito e sangramento constante. O sentimento ao descobrir a gravidez foi ao mesmo tempo de felicidade e de dúvida. Segundo ela:

A gravidez é um problema e uma esperança. É lindo saber que vou ter um filho. Companheiros e amigos sugerem o aborto. Recuso. Pela primeira vez recuso a aceitar que a direção decida questões pessoais minhas. Meu instinto de conservação fala mais alto. Quero ter o meu filho. Brigo com o pai da criança. (DE LUCA, 2002, p. 197).

O próprio pai da criança era contra continuar com a gravidez, para ele, ter uma criança sendo ela militante e clandestina era uma loucura. Mas mesmo assim Derlei permanece com a ideia de ter a criança, mesmo que seja preciso criá-la sozinha, como ela mesma diz em seu livro (2002). Contudo, o marido César procura apoiá-la, mesmo não concordando com a situação. Saem do Nordeste e rumam para Londrina, com disposição de recomeçar tudo outra vez, mais um deslocamento que a clandestinidade pede. Chegando em Londrina procuram casa, montam uma história coerente, procuram

trabalho, refazem os contatos com os/as militantes da região. Para César era a primeira vez que tinha que recomeçar a vida, para ela, apenas mais uma dentre tantas.

No dia 11 de janeiro de 1972 nasceu José Paulo, sendo internado no hospital dois dias depois, devido à eritroblastose. Com quatro dias de vida necessita fazer transfusão de sangue e dói para a mãe ver o filho, tão pequeno, passar tal sofrimento. Porém, lhe dói mais saber que não era mãe do próprio filho. César chega ao hospital com a certidão de nascimento do pequeno Zé, onde constava como nome de registro materno Maria Luiza Vitalli. Naquela noite ela dorme chorando, mas não havia como ser diferente. Desde que saíra da prisão Derlei deixou novamente de existir.

Foi morar em Salvador e assumiu a identidade de Maria Luiza Vitalli. Entretanto, diferente de Deise Campos, que tinha documentos falsos, Maria Luiza possuía documentos verdadeiros. De acordo com a história criada para justificar a falta de documentos, Maria Luiza Vitalli tinha nascido no Mato Grosso para não estranharem o sobrenome de origem italiana e vinha tentar a sorte na Bahia.

Foi na cidade de Feira de Santana, interior da Bahia que Maria Luiza foi fazer sua certidão de nascimento, alegando que nunca tinha feito porque não havia trabalhado de carteira assinada até então, mas agora era necessário tê-la. Foi junto com uma companheira no cartório, esta disse ser sua irmã e assim como ela também fez uma certidão de nascimento verdadeira, porém como dados falsos. Foi com essa certidão que Maria Luiza Vitalli se casou com César, e foi com essa certidão que César providenciou os documentos do pequeno Zé Paulo.

Contudo, a questão gerou mais complicações do que uma simples troca de nomes. Quando veio a Anistia, Derlei teve que provar perante a justiça que era mãe de Zé Paulo, ou seja, ela teve que provar que Maria Luiza Vitalli e Derlei Catarina De Luca eram a mesma pessoa; e isso gerou um enorme processo, que Derlei gentilmente nos disponibilizou uma cópia durante sua entrevista:

Fiquei grávida, tive um filho e o filho foi registrado com o nome de Maria Luiza Vitalli, por isso que tenho o processo. Porque depois, quando eu voltei da Anistia, eu tive que provar que ele era meu filho, e por isso que tem o processo! Eu tive que chamar as pessoas, tive testemunhas para testemunhar que Maria Luiza era Derlei Catarina de Luca, entenderam? Foi por isso que tem esse processo, vou trazer pra vocês [risos]. (DE LUCA, 2015).

República Federativa do Brasil
REGISTRO CIVIL
Estado do Paraná - Comarca de Londrina - 1º Ofício

Bacharel Gabriel Nunes Pires Neto
Oficial Vitalício do Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, do 1º Ofício
da Sede da Comarca de Londrina - Estado do Paraná
RUA PIO XII, 65 - FONE, 23-7743

NASCIMENTO N. 158.846

153 do livro N. 110 de registro de nascimentos

lavrado o assento de JOSÉ PAULO VITALLI RAMOS

sexo masculino de cor branca nascido aos onze
de janeiro de 1972 (mil novecentos setenta e dois
) às 21 horas

(n) nesta cidade
o Nilo Cesar Sobral Ramos e dona Maria Luiza Vitalli Ramos
naturais-ele Ceará,ela de Mato Grosso,casados em Feira de Santana-Bahia

se paternos: José Ramos de Lima
e Maria Iraci Sobral Ramos

se maternos: Elias Vitalli
e Luiza Borges Vitalli

declarante: o pai

REMARKS: Lavrado em 19-01-72

O referido é verdade e dou fé.

Londrina, 14 de abril de 19 80

Figura 1

Ser Maria Luiza e portar documentos verdadeiros com o nome de Maria Luiza Vitalli, como a certidão de casamento e a própria certidão de nascimento do filho, fez, por sorte, com que não fosse presa novamente. Em seu livro, ela narra o acontecido. Quando estava chegando em casa com Zé Paulo foi abordada pela polícia, que tinha invadido sua casa e prendido seu marido. A polícia estava à procura de Derlei Catarina De Luca, contudo, após verem os documentos de Maria Luiza, perguntam:

- A senhora sabe que seu marido é amante de uma comunista perigosa, procurada, chamada Derlei Catarina De Luca? (DE LUCA, 2002 p. 227).

Logo após a polícia sair levando seu marido, Maria Luiza arruma a bolsa do filho e sai com o menino no colo, pensando no que iria fazer diante daquela situação. O medo de o marido dizer que ela era Derlei era enorme, maior ainda era o medo que sentia ao imaginar seu filho nas mãos da repressão. Segue para o hospital onde a criança nasceu, seu plano é deixa-lo com o pediatra, mas no meio do caminho encontra com uma mulher, Joana D'Arc Bizzoto Lopez, que possuía um rosto conhecido e imediatamente pede à mulher que fique com o menino e já o coloca em seus braços

dizendo que o marido havia sido preso e pedindo que entregue à uma parente em Florianópolis.

Digo a ela o nome do pediatra e o endereço de tia Dozolina em Florianópolis. Existiam vários militantes em Londrina, conhecia-os pelos nomes frios, tinha a vaga ideia da profissão de um deles... jornalista, mas não me arrisco. (DE LUCA, 2002, p. 229).

Em seguida pede para avisar aos jornalistas e médicos que Márcio foi preso, nisso Joana tira o casaco que vestia, coloca dinheiro no bolso, entrega-o para Maria Luiza e fala para ela seguir para Cambé e procurar o dono da Clínica Médica para pedir ajuda.

Saio dali sangrando, física e moralmente. Toda a angústia se converte em sangue. Paro numa farmácia, compro absorvente e me troco ali mesmo no banheiro. Saio pela estrada sem a menor ideia de onde ir, sem rumo, sem documento, sem esperança. Não chorei. O coração estava paralisado. Caminho até a tarde. Qualquer recurso teria de buscar em Curitiba. Por segurança não me atrevo a tomar ônibus. Estremeço só de pensar no meu filho, com três meses de idade, nas mãos de pessoas desconhecidas. (DE LUCA, 2002, p. 229-230).

Entregar seu filho para uma pessoa que não a conhecia, confiando e acreditando que era a única maneira de mantê-lo em segurança foi um ato extremamente difícil. Mas, temendo pela vida de Zé Paulo e sua segurança, a única saída que encontrou naquele momento foi confiar em Joana. Mais tarde Derlei descobriu que Joana foi diretora do Jornal *Brasil Mulher*, editado em Londrina e uma das organizadoras do *Movimento Feminino pela Anistia*, em 1975.

Alejandra Oberti (2010) nos traz outra perspectiva sobre a questão da maternidade dentro das Organizações de esquerda, em especial na Argentina. Oberti nos traz seu olhar de gênero e coloca que para as organizações de esquerda na Argentina durante a Ditadura, a maternidade era uma opção quase indiscutível, tanto para as militantes que atuavam na clandestinidade, quanto as que atuaram na legalidade. Segundo ela, haviam muitas razões para se ter filhos/as, como por exemplo, o fato de que estas crianças se transformariam nos homens e mulheres de amanhã. Diferentemente do Brasil, onde a gravidez e a maternidade eram vistas como um problema, na Argentina a maternidade era vista como um dever da militante, dever este que não se contradizia com a exigência de uma absoluta entrega à causa da revolução. E completa dizendo que “extrair dos corpos tudo o que pudessem dar era o lema obrigatório para aqueles homens e mulheres que estiveram dispostos a entregar sua vida pela causa revolucionária” (p. 18).

Contudo, a repressão crescente fazia com que não houvesse nenhum lugar seguro. Assim, as militantes grávidas ou com filhos/as pequenos/as participavam do mesmo modo das atividades contra a Ditadura, seja em reuniões ou tarefas das Organizações, seja na luta armada. A respeito desta questão, mesmo que no Brasil a gravidez não tenha sido encorajada pelos grupos de esquerda, as mulheres grávidas que escolhiam permanecer militando, continuavam participando das atividades contra a Ditadura, como é o exemplo de Raquel, que mesmo com a pequena Iracema, continuou clandestina e realizando as tarefas designadas pela AP.

Oberti (2010), ainda batendo na tecla da maternidade durante a militância, traz um fragmento do livro *Políticas de la Memoria*, escrito por Luis Oberti, onde consta no capítulo *Moral y Proletarización*:

Os filhos dos revolucionários devem compartilhar todos os aspectos da vida de seus pais, inclusive os riscos. É certo que devemos dar às crianças proteção especial, própria de sua tenra idade. Mas sempre que essa proteção especial não contraponha com os interesses superiores da revolução. A bonita imagem da mãe vietnamita que amamenta seu filho com um fuzil a seu lado, que temos visto em alguns afixes e revistas, é todo um símbolo desta nova atitude revolucionária para com os filhos. (p. 19).

Em relação a isso, não se pode afirmar que existia tal atitude revolucionária em Raquel, ou em Derlei, visto que esta política era empregada na Argentina e não no Brasil. Mas o fato de que Raquel criou suas duas filhas, ao lado do marido, durante a clandestinidade, não se pode negar. Vários foram os riscos que Raquel e sua família correram, mas como ela mesma disse, onde ela e Divo estivessem, suas filhas estariam também. Um episódio que retrata bem esta situação, em que Raquel se arrisca para cuidar da filha, ocorreu poucas semanas após o nascimento de Iracema. A menina estava muito doente, com sangramentos, e Raquel e Divo acharam melhor levá-la para o médico, o único “porém” era que para chegar em Paranavaí era necessário pegar um ônibus e quando Raquel entrou no ônibus deu de cara com um homem que havia dito à polícia que existiam infiltrados em meio aos trabalhadores da fazenda. Devido a isto, Divo, junto com todos os trabalhadores, acabou sendo levado à delegacia; ocorreu um grande tumulto na fazenda, mas por sorte nem Divo e nem Raquel foram descobertos. Sobre isso Raquel narra:

O que aconteceu no dia que eu estava indo embora com Iracema, o Divo vai comigo até o ponto do ônibus e aí que a gente vê dentro do ônibus, vocês imaginem, o cara que dedou a gente. E daí? Vou nesse ônibus? Não vou? O que pode acontecer? Daí a gente definiu o seguinte: eu ia com a Iracema e o

Divo viria logo atrás. E a gente ficou de marcar um lugar em Paranavaí que a gente se encontraria. (GUISONI, 2013).

Estar disposta a correr tamanho risco mostra tamanha paixão que Raquel assim como muitas das jovens militantes da época, possuía pela causa. Durante sua entrevista ela analisa seu forte envolvimento com a tão sonhada revolução e conta:

Pra vocês verem como as coisas eram assim de vontade, muitas coisas eu acho que se a gente for pensar hoje era meio arriscado de se fazer, o problema é o seguinte o envolvimento da gente, a doação da gente era tal que, a gente, muitas coisas não media as consequências, certo. Então eu cheguei, vim sozinha, sozinha de ônibus de Paranavaí a Curitiba, né. Assim, é lógico que preparada, se acontecesse alguma coisa, eu falava para o motorista parar em algum canto pra me deixar, quer dizer eu poderia me virar, entendeu? Mas é... mas era isso. (GUISONI, 2013).

Como havia combinado com o marido, esperaria ele, que pegaria o próximo ônibus, em Paranavaí, e de lá rumariam para outra cidade. Não foi somente o fato de a filha ter adoecido que fez com que a família se mudasse da fazenda, era uma decisão que estava levando em consideração a segurança tanto de Raquel e Divo, quanto da AP. Se desse mais uma confusão parecida com a que tinha ocorrido, qualquer um dos dois poderia cair nas mãos da repressão. Raquel (2013) analisa que quando a pessoa se vê em situação de perigo, surge uma coragem que nem ela mesma sabia existir dentro de si:

Agora imagine vocês eu viajando três, quatro horas no ônibus, com o cara dedo duro, que você não imaginava o que o cara ia fazer e como ia fazer. Foi um dos momentos muito impactantes, só que nessa hora a coragem aparece de uma forma que às vezes você acha que não é possível, mas aí a gente consegue; aí o que é que eu fiz? Eu descí antes da rodoviária, porque daí eu tinha ideia se ele descia logo atrás de mim, descendo eu fui procurar um médico porque ela estava ruim mesmo, e depois até deu certo do Divo chegar mais tarde e a gente se encontrar, daí para nós sairmos de Paranavaí nós pegamos um ônibus fora da rodoviária. (GUISONI, 2013).

Raquel precisou agir com sangue frio durante aquela situação, justamente por estar com uma neném nos braços. Sobre a questão de segurança, ela diz que tanto ela quanto Divo eram muito rigorosos em relação a isto. E que eles tiveram muita sorte de nunca terem sido presos durante a Ditadura. Inclusive, narra um episódio que ocorreu com ela durante o período de clandestinidade, se tratando de seguir as regras de segurança:

[...] em algumas coisas a gente era bem rigoroso na coisa da segurança, por exemplo, eu era filha única como disse pra vocês; eles [os militares] vigiavam a minha mãe, ligavam pra ela perguntando coisas, depois que entrei pra clandestinidade nunca fui visitar minha mãe. Eu só fui saber que meu pai morreu dois meses depois que ele tinha falecido. Minha mãe não podia saber onde a gente estava, por questão dela, e também por isso, e também essa era forma que eles pegaram muitas pessoas, e prenderam e torturaram. Então

nessa questão de segurança durante a clandestinidade a gente era bem assim... Inclusive tinha orientação. A AP dizia como fazer, que atitudes você deveria de ter (GUISONI, 2013).

Derlei, em contraponto, apesar de se preocupar com a questão da segurança, entrava em contato com sua família, por vezes através da Organização, outras por conta própria, mas como ela mesma descreveu em seu livro, necessitava ver gente, manter contato; a clandestinidade era uma situação de vida muito solitária. Tanto que sempre que possível conseguia entrar em contato com sua mãe, ou com sua irmã; fosse através de cartas, fosse por telefone. Porém, não se pode ignorar o fato de que Raquel e Divo estavam na clandestinidade em família, com suas duas filhas. Derlei, entretanto, estava sozinha. Mesmo durante o período de casada, sua relação com o marido era diferente da de Raquel, pois diferente desta última, que possuía o marido militante e clandestino, César, marido de Derlei, não era militante, e apesar de ter conhecimento da atuação da esposa, na maioria das vezes Derlei necessitava se deslocar por conta das tarefas passadas pela AP e isso a afastava do marido.

Após sair do Paraná, Raquel foi com a família para São Paulo, a pedido da Organização, morar em um aparelho onde era impresso o jornal clandestino *Libertação*. Pouco tempo depois, a AP decidiu que era necessário uma impressora maior, portanto o casal acabou se mudando para um sítio no interior, lugar mais seguro para realizar tal tarefa.

O local era bom, era fim de linha como a gente chamava. Uma estradinha só pra lá, depois não tinha nada; só que não tinha luz elétrica pra gente ter uma Offset, que era o esquema, precisava ter um gerador, daí a gente comprou o gerador e a justificativa legal era o seguinte: a gente fazia plantação, plantava verduras para vender no Ceasa, e a gente precisava do gerador para irrigação das...das verduras, da produção. (GUISONI, 2013).

Foi durante este período no sítio que Raquel engravidou de sua segunda filha, Nara, três anos após ter nascido Iracema. Durante a entrevista, foi perguntado à Raquel se ela usava pílula contraceptiva, e ela respondeu que por certo tempo chegou a tomar, mas que parou quando decidiu engravidar novamente:

[...] é que a gente decidiu de ter a segunda filha pelo seguinte ponto: eu fui filha única, apesar de que minha criação não foi só de filha única como a que eu relatei. Mas a gente achou que pra companhia, certo, precisava ter companhia entre os filhos, porque só adulto... Mesmo sendo arriscado, sendo contra toda orientação, a gente optou que era importante ter um segundo filho ou segunda filha, pra no sentido da convivência e da própria educação ser melhor né! Então eu usei o método, usei pílula durante algum tempo só que depois a gente decidiu ter... (GUISONI, 2013).

Para Raquel era importante que Iracema crescesse com uma companhia, e o fato da família viver clandestina e não manter muito contato com outras pessoas, principalmente nos anos iniciais de Iracema, reforçou de certa forma o desejo de ter mais uma criança em casa. Durante a entrevista, Raquel conta que justamente pelo fato de Iracema não ter tido nenhum contato com outras crianças durante os primeiros anos de vida, aprendeu a falar corretamente, pois só convivia com pessoas mais velhas.

Pouco tempo depois, a gráfica foi desligada e Raquel com a família seguiu para Porto Alegre, com o objetivo de reestruturar o Partido na região. Neste momento a AP estava passando por um processo de integração com o PCdoB, e Divo era um dos contatos do Partido no Rio Grande do Sul. Assim como a família de Raquel foi deslocada; a família da militante Dolores, segundo contato do Partido no sul, também se deslocou. Foi nessa época, conta Raquel, que suas filhas começaram a ter contato com outras crianças.

Dolores tinha uma filha e um filho, e Raquel conta que suas filhas, quando falam do período de clandestinidade, lembram que o cotidiano tinha um toque de aventura, pois sempre pediam para as meninas fecharem os olhos quando iam à casa de Dolores, como uma forma de segurança, mas que mexia com o lúdico das crianças.

Pra gente ir na casa dela a gente dizia que as meninas tinham que ir de olho fechado [risos] pra não saber onde que era né, é evidente, então o que eu estava dizendo é que as meninas... De vez em quando levantam como algo assim de aventura. (GUISONI, 2013).

Scarpeli (2009), ao falar sobre criar filhos/as na clandestinidade, se utiliza de José Pacheco Pereira (1993) para colocar que:

[...] em alguns casos, a existência de uma criança podia dar um ar de mais normalidade ao “aparelho” clandestino, ajudava a conferir legitimidade à família, dando certa cobertura aos casais. Contudo, passados os primeiros anos de vida, a criança tornava-se um risco de segurança pelo que poderia revelar das atividades dos pais, mesmo que não soubesse exatamente do que se tratava. (SCARPELI, 2009, p. 188).

Iracema e Nara têm poucas recordações sobre o período em que a família foi clandestina, devido ao fato de serem muito pequenas, mas em entrevista com Divo, pai das meninas, ele conta que as filhas ajudavam a manter uma “fachada” de normalidade, porém o risco era muito grande.

[...] as crianças ajudam no sentido de dar cobertura, de dar liberdade, de dar mais ação entende? Elas acabavam ajudando não é, nessa... Claro, ajuda, mas imagina se é preso o que a criança vai sofrer. Então é contraditório; uma

situação delicada, que eu acho que cada casal resolvia, decidia não é, de acordo com a sua cabeça (GUISONI, D. 2013).

Uma curiosidade que tivemos durante a entrevista foi: como se davam as relações de gênero dentro de casa? Como acontecia a divisão de tarefas? Quando perguntamos à Raquel sobre esta questão ela nos respondeu:

Na clandestinidade o Divo tinha suas coisas e eu tinha que ficar cuidando da casa, das crianças, etc. Isso me deixava... Não me caía bem. Eu não me sentia confortável. Eu achava que não era por aí. No entanto, frente à realidade, o que a gente ia fazer. Naquele momento não dava. Ou dava condições para ele fazer ou não. Por que eu fazer... Sei lá, talvez se eu batesse o pé talvez pudesse mudar... Mas eu não tinha... (GUISONI, 2013)

Fica claro perceber na fala de Raquel a divisão dos espaços e atividades tidas como masculinas e como femininas em meio ao grupo social em que o casal estava inserido na época. Segundo Koerich (2014), tais representações foram ao longo dos séculos sendo construídas cultural e socialmente, mas nos permitem perceber como as militantes já começavam a se questionar dentro das organizações de esquerda sobre este tema. Com isso começaram a repensar a inserção da mulher como sujeita histórica e política, em luta por seus ideais.

Podemos perceber na fala de Raquel que, frente à realidade vivida pelo casal, poderia existir possibilidades de haver uma mudança radical em relação aos cuidados com as crianças e a casa se ela reivindicasse isto, porém, devido ao fato da militância vir em primeiro lugar e Raquel e o marido serem clandestinos, ela na época acreditava que tinha que dar condições ao marido de realizar o trabalho político, e isto implicava dela cuidar mais das questões do âmbito privado. O casal vivia em um ambiente social onde existia uma forte divisão das tarefas baseada nas diferenças de gênero, e muitas vezes, como já colocado anteriormente, a segurança da organização e do/a próprio/a clandestino/a vinha em primeiro lugar, isso implicava em não chamar a atenção da vizinhança e muitas vezes se portar e se relacionar socialmente de acordo com as normas sociais do local em que estava inserido/a.

Raquel inclusive comenta que ela e o marido foram madrinha e padrinho de várias crianças durante o período de clandestinidade, tamanho o afeto que tinham pela vizinhança e que esta tinha pelo casal.

[...] a gente tinha um bom relacionamento com os vizinhos, tanto que eu sou comadre de dois, nós fomos comadre e compadre de dois vizinhos (GUISONI, 2013).

Tanto que uma das vizinhas era dona de terreiro e Raquel disse que iam lá várias vezes, porque era preciso se adaptar à realidade que estavam vivendo no momento.

E a gente participava, ia nas festas, entende? Então a gente tinha que se identificar com o povão que era a nossa segurança (GUISONI, 2013).

Assim como Raquel, Derlei também passou por situação parecida quando ainda morava em Salvador e era conhecida por Maria Luiza.

Porque eu acho que eu sempre fazia amizade fora da AP. Fazia amizade com a vizinha, conversava, conversava com a baiana. Essa baiana chegava a me dar acarajé, a fome que a gente passava e que não podia nem... E ela me dava acarajé pra comer. Eu conversava com ela e três vezes por semana eu estava ali e eu fiz amizade com ela porque naquela esquina onde ela vendia o acarajé era um local de ponto e eu tinha que ficar ali, tinha que ficar ali e acabei conversando com ela né! Porque a gente não é invisível também né, ela também notava que de vez em quando eu estava ali. Me convidou pra ir no terreiro e eu não tive dúvidas, fui no terreiro. Se a AP descobre na época, me expulsava, imagina! Tavam tudo virando maoísta. Eu nunca fui, mas não podia criticar nem me rebelar contra ou criticar o maoísmo, porque se não me botavam pra fora né? (DE LUCA, 2015).

A partir da fala de Derlei, podemos perceber o quanto as orientações da Organização eram interpretadas de diferentes maneiras. Ao mesmo tempo em que tinham como regra se inserir ao meio em que estavam vivendo e assumir nova história e identidade como forma de se proteger da repressão; muitas das atitudes tomadas pelos/as militantes durante a vida clandestina, para manter o disfarce e a sobrevivência, eram repudiadas ou julgadas pela Organização.

“Eu não sabia quem era...”.

Mudar de nome regularmente, assumir cada vez uma nova história de vida, criar um novo passado, uma nova profissão, agir da maneira que a identidade assumida pedia; todas essas questões eram complicadas e muitas vezes faziam com que o/a militante fosse se esquecendo de quem realmente era. Derlei passou por este processo e afirma que era uma vida muito difícil.

[...] como é difícil, cada vez tem que inventar uma história e tem que ser uma história coerente, tem que se comportar de acordo com aquele documento, entende? É muito complicado. Porque olha, eu fui Derlei Catarina, Catarina, Deise Campos, Maria Luiza, Isinha, Guida, quer dizer, é muita coisa pra uma cabeça, entende? (DE LUCA, 2015).

Quando chegou à Bahia, além de mudar de identidade, Derlei também mudou sua aparência física, principalmente porque tinha acabado de sair da prisão e devido ao estresse e às diversas torturas por ela sofridas, seus cabelos ficaram completamente

brancos, sentindo assim a necessidade de pintá-los. O fato de Derlei pintar os cabelos pode estar relacionado diretamente ao fato dela estar de cabelos brancos na época, e ter sentido a necessidade de “voltar a ser jovem” novamente. Contudo, mudar a aparência ajudou-a a construir um novo disfarce, uma vez que Derlei retornou à militância após a saída da prisão.

Ao falar sobre a questão do disfarce, Scarpeli (2009) coloca que o disfarce também era usado como forma de esconder sua imagem conhecida. Para ela, o disfarce se coloca de duas maneiras: a primeira seria para fugir da repressão, a segunda seria para convencer as pessoas da sua nova identidade, seria uma forma a mais de legitimar aquela identidade que a clandestina estava assumindo no momento.

E não foi apenas Derlei que teve que se disfarçar enquanto clandestina. Gilse, já citada anteriormente, passou por situação semelhante pouco antes de ser presa. Quando ia visitar Juliana no hospital tinha que se disfarçar e sobre isso Manfredini (1989) escreve:

A orientação mandava ter contato apenas com Loreta e sair o mínimo possível de casa. Quando saía, usava lenço na cabeça, amarrado sob o queixo para ocultar a mancha escura que possuía na linha do maxilar, um pouco abaixo da orelha direita. Era sinal conhecido pela repressão. (MANFREDINI, 1989, p. 48).

Fernando Gabeira, na época militante clandestino do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) – que surgiu de uma união da Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) com a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), grupos com origem no Partido Comunista Brasileiro (PCB) – também se viu diante da necessidade de ter que mudar sua aparência, principalmente após ter participado do sequestro do embaixador Charles Burke, devido à sua imagem ter ficado fortemente marcada pela repressão. Diante deste fato acabou descolorindo os cabelos, passando de moreno a loiro. Sobre isto narra em seu livro:

Quando saí do carro e cruzamos com algumas companheiras da Organização que me pegariam ali, me vendariam os olhos e me conduziram à nova casa, senti que todas riam de mim. Para os padrões estéticos mais clássicos que vigoravam na época, estava horrorosa a nova figura que compunha. (GABEIRA, 1996, p. 141).

Outro momento que Derlei se recorda e que quase foi descoberta foi quando viajou para conhecer a família do marido, no Ceará, e conta:

Ai depois de casada... Meu marido morava no Ceará, eu fui conhecer a família dele, fomos lá conhecer a família dele. Então você imagina a confusão e o perigo que era. Eu quis me apresentar... Ele me apresentou dizendo que eu era de Santa Catarina e que meu nome era Catarina, se eles

pegassem meu documento eu tinha casado com o nome de Maria Luiza entendeu? Então tinha que estar toda vida cuidando pra não deixar furo. Eles estranharam... Por que é que o filho casou e não convidou ninguém da família? (DE LUCA, 2015).

As possibilidades de o/a clandestino/a cair eram muito amplas. Era preciso estar em total estado de alerta, vinte e quatro horas por dia, pois o menor furo poderia fazer o/a clandestino/a ser descoberto/a, preso/a, ou pior, colocar em risco a Organização.

Após a prisão do marido, Derlei com a ajuda de um grupo de apoio da esquerda, sai do Paraná e rumo para o Rio de Janeiro portando “roupas novas, óculos, bolsa com objetos pessoais, peruca” (DE LUCA, 2002, p. 230). Ao chegar ao Rio consegue emprego como babá. Como não tinha onde ficar e não conhecia ninguém na cidade, acha melhor trabalhar do que ficar trancada na casa de alguém.

Chego no Rio de Janeiro sem nenhum documento, porque Maria Luiza tinha caído no Paraná, Derlei Catarina já tinha sido condenada faz tempo, eu não tinha um documento na mão, não tinha onde morar, não tinha dinheiro, não tinha nada e o que é que eu podia fazer? Fui trabalhar como empregada doméstica, de babá. (DE LUCA, 2015).

O que Derlei não imaginava é que o uniforme de babá seria fundamental para sua sobrevivência na clandestinidade, e quanto à isso ela analisa:

E o vestidinho de babá pra mim foi a melhor segurança que tive. A babá, o empregado doméstico, o faxineiro, ele se torna invisível, ninguém enxerga (DE LUCA, 2015).

Para ela o vestidinho de babá foi tão importante para manter o disfarce, que recorda de um episódio em que a polícia a protegeu de um assalto que estava acontecendo no momento. Segundo ela:

[...] eu estava passando em frente a um banco com o carrinho de bebê, eles tinham feito um assalto e a polícia ainda com todo o cuidado me tirou, eu e o bebê dali porque tinha tido um assalto e eles... Imagina né? (DE LUCA, 2015).

Ainda sobre o disfarce como babá, Derlei conta:

Menina! Fui até no Estaleiro Mauá, um monte de milico! A Dona Regina, psicóloga, ela trabalhava no Estaleiro Mauá; eu, vestidinho de babá, um vestidinho azul com as crianças, os dois filhos dela, já no segundo emprego, só tinha militar, só tinha militar, e eu lá com as crianças, era babá. O uniforme era a identidade, não precisava de documento. Foi a saída que eu tive, foi trabalhar (DE LUCA, 2015).

Viver de maneira clandestina exigia muito do/a militante, física e psicologicamente. Derlei hoje brinca em relação aos tantos nomes que adotou durante seus doze anos como clandestina, quando diz:

Hoje eu amanheci Catarina! Hoje eu amanheci Derlei! Mas é de brincadeira, no dia que eu to mais brava. [risos] (DE LUCA, 2015).

Mas apesar da brincadeira ela tem plena consciência de que ser clandestina desestruturou muita gente e acrescenta:

Complicado viu, vocês não sabem o drama que é quando a gente se despersonaliza, não é questão de se despersonalizar, é questão de ter múltiplas identidades. (DE LUCA, 2015).

Durante a entrevista, perguntei à Derlei se a Organização dava de alguma maneira, algum tipo de apoio psicológico às militantes e ela respondeu:

Não! Apoio psicológico? Tudo era ideológico. Se chorasse era ideológico, problema ideológico. Se sentisse saudade era problema ideológico, tudo era problema ideológico! Não existia problema psicológico, sabe? Agora que a gente pensa nisso. (DE LUCA, 2015).

Sobre esta questão, Gabeira (1996) completa constatando que:

A nova geração era capaz de ‘localizar todas as intenções escondidas num discurso político, apontar as causas econômicas de uma certa vida histórica. No entanto, faziam uma leitura linear dos sentimentos (p. 57).

Várias foram as marcas feitas pela clandestinidade no corpo e na alma dos/as militantes que a viveram. Derlei, durante seu exílio em Cuba, em finais dos anos 1970, passou a se consultar com um psicólogo e a falar sobre a clandestinidade no Brasil, suas angústias e suas tristezas. Comenta:

O psiquiatra depois disse o seguinte: cada vez que eu ficasse triste ou deprimida ou com raiva de alguém que eu pintasse [a unha] de vermelho, porque o vermelho ajuda né a defesa, e eu fazia isso e não sabia que... Eu não tinha consciência né, depois é que eu fiquei sabendo, em Cuba, quando conversava com o psiquiatra e tal... (DE LUCA, 2015).

Quando Derlei diz que pintava as unhas de vermelho, mas não tinha essa consciência, está se referindo ao tempo de clandestina, onde muitas vezes deixava de comer para pintar as unhas, entretanto não via isso como uma maneira de manter um “pedacinho de Derlei”, ou ainda se manter firme; achava que era simplesmente por vaidade, costume ou prazer. Pergunto se ela era vaidosa quando clandestina, ela responde que batom nunca usou muito, mas as unhas ela fazia sempre que dava, quando pergunto sobre o que a Organização pensava a respeito ela responde de maneira crítica:

Mas a gente era... Não era só nós, não era só a AP. Eu acho que o pessoal da ALN que nesse aspecto era mais liberal. E a gente achava que isso era disciplina, entendeu? Porque assim, a gente tinha que aprender a fazer sacrifício e existia essa consciência, a gente tinha que aprender a fazer sacrifício, a gente tinha que aprender a sentir dor sem se desesperar, a gente tinha que aprender... A gente não era só candidato a revolucionário, era

candidato a santo, entendeu? Essa consciência o pessoal da ALN e da VPR não tinha. Mas o pessoal de AP? Nós também éramos candidatos a santos. Mas a gente só tem consciência disso hoje, na época a gente não tinha, mas quando eu vejo alguém falando assim: “ah, os Talibãs lá do Iraque”... Nós éramos tudo igual. Tudo, tudo, tudo igual, bem Talibã. Imagina? (DE LUCA, 2015).

Margareth Rago (2013) também analisa a maneira como as Organizações de esquerda agiam durante os “anos de chumbo”, e assim como Derlei, que pontua que tudo que não era aceito pela AP era visto como atitude pequeno-burguesa, inclusive possuir um liquidificador em casa, ou mesmo o fato de usar batom, sentir saudade ou simplesmente chorar, escreve:

Os militantes deveriam, portanto, praticar uma série de investigações a respeito de si mesmos – a famosa “autocrítica” –, para abandonar velhos hábitos, concepções e crenças arraigadas, e incorporar o novo regime de verdades, superando o que se considerava “desvios pequenos burgueses” (p. 46).

Isto fica presente na fala de Derlei quando enfatiza que a organização e seus militantes eram “bem Talibã”. A questão da disciplina e da rigidez surge em sua fala para exemplificar esta analogia feita por ela hoje. Lembra-se do tempo em que ficou morando em um aparelho em São Paulo com mais algumas companheiras e que não sabia o nome de nenhuma delas, e não fazia questão também de saber. Era uma regra da Organização não saber os nomes das companheiras, como forma de proteção, e que não era contestada, era seguida por todos/as. Inclusive, fala que até hoje não sabe quem era a moça que fingiu ser sua irmã para conseguir tirar a certidão de nascimento em Feira de Santana.

As marcas da clandestinidade também estão presentes em Raquel. Durante a entrevista disse que possui péssima memória, principalmente para gravar os nomes das pessoas, e fala em tom de brincadeira que é uma sequela da época de clandestinidade, quando ninguém sabia o nome de ninguém. Suas filhas também carregam marcas da experiência. Iracema, por exemplo, não possui histórico escolar dos primeiros três anos, mesmo tendo estudado durante este período. Isto se deve ao fato de ter sido matriculada na época com nome frio, e quando veio a Anistia, a saída que sua mãe e seu pai acharam melhor para resolver o problema foi alegar que a filha havia estudado em casa durante aqueles anos, como narra Raquel:

[...] nossas filhas estudaram, quando veio a anistia em 79-80, minha filha mais velha já estava no terceiro ano primário e a menor a Nara ia começar o primeiro ano primário. Não tinha orientação de como fazer, aí nos descobrimos que existe uma lei, não me lembro o nome, o número, que se a

gente chegasse e dissesse que a gente morou em lugar que não tinha escola, não tinha nada, entendeu, aí você podia fazer um exame pra dizer..., ou você só estudou em casa ia não tinha isso daí. Então a saída que nós encontramos pra elas voltarem na legalidade em 80 foi elas fazerem o exame que mais ou menos coincidiu com onde elas já estavam. Tanto que o histórico delas hoje, pelo o menos o da Iracema só começa a partir do quarto ano do primário, porque os outros três foram esses do período. A Nara entrou aí no primeiro ano foi menos problemático. Mas vocês vêm eram coisas que não sabíamos ao certo, não se tinha uma orientação ainda sobre esta questão. (GUISONI, 2013).

Derlei ainda se recorda de um episódio que ocorreu com ela quando tentou entrar em contato com uma amiga por carta, o problema era que a amiga não a conhecia por Derlei e foi justamente este o nome que ela usou para assinar a carta.

Em 12 anos de clandestinidade, então às vezes eu... Uma vez que cheguei aqui e eu entro em contato com o pessoal de Cuba ainda, pessoal do Chile, e eu escrevi e assinei Derlei né, aí a moça, uma vizinha lá do prédio, onde eu morava em Santiago de Cuba, ela me escreveu dizendo que tinha recebido uma carta da minha irmã, aí eu escrevi pra ela “não, sou eu...” [risos] Mas é porque eu não expliquei, só assinei Derlei e ela me disse que tinha recebido uma carta da minha irmã. Aí eu contei pra ela “não, meu nome é Derlei Catarina, eu quase não uso Derlei...” essas coisas da vida. (DE LUCA, 2015).

Apesar das risadas e do bom humor ao tratar da época de clandestina, Derlei também nos contou como era difícil, com o passar do tempo, sustentar essa vida. Derlei não possuiu apenas uma nova identidade, foram várias. A cada lugar que morava era um novo nome, uma nova história, um novo emprego. Tudo isso vai gerando um sentimento de “desligamento” da própria identidade. Muitos/as acabaram deixando realmente para trás a vida pré-clandestinidade, como foi o caso de uma companheira de Derlei, que se casou clandestina e montou uma nova vida com o nome frio, tanto que quando chegou a Anistia ela preferiu permanecer clandestina, escondendo inclusive do marido sua verdadeira identidade, permanecendo até hoje com o nome frio. Derlei, com a Anistia, retorna ao Brasil e assume sua verdadeira identidade, entretanto não foi algo simples de se fazer, como narra:

Como é que eu me sentia, porque gente, vocês não imaginam, eu acordava de manhã e eu tinha que pensar: primeiro, onde eu estava e com que nome que eu estava. É muito complicado. Quando eu fui pra Cuba durante 6 anos todo mundo só me chamava de Catarina, só me chamava de Catarina. No Chile todo mundo só me chamava de Catarina, lá em Cuba ainda hoje me chamam de Catarina. Eu não tinha mais coragem de inventar um outro nome, que meu nome é Derlei Catarina, não tinha mais coragem de inventar outro nome. Quando eu voltei pro Brasil e me chamaram de Derlei no aeroporto, quando eu cheguei, eu não reagi, porque eu não sabia quem era. (DE LUCA, 2015).

Mas apesar das marcas, Derlei guarda um carinho muito grande pela AP, mesmo fazendo hoje suas análises e criticando muitas das atitudes tomadas pela Organização na época, consegue sorrir ao lembrar tudo o que passou.

E eu amava a Ação Popular de paixão. Amo ainda né [risos]. Mas na época eu não tinha condições de analisar criticamente, a gente só sentia, mas não raciocinava em cima de algumas coisas. (DE LUCA, 2015).



Figura 2: Derlei Catarina De Luca



Figura 3: Raquel Felau Guisoni

Considerações finais

A luta continua de mil maneiras. É importante participar das tarefas de hoje. Mas as tarefas de hoje não estão desligadas de ontem. Não existe um “parão” na história. Tudo é contínuo, um processo, porque nós somos ontem, hoje e amanhã. (DE LUCA, 2002, p. 23).

O objetivo deste trabalho foi analisar as relações de gênero presentes na clandestinidade, em específico nas vidas clandestinas de Raquel e Derlei e observar se os avanços proporcionados pelo movimento feminista de Segunda Onda influenciaram de alguma forma a vida destas duas mulheres.

Pude perceber durante a pesquisa que tanto Raquel quanto Derlei viveram situações de enorme risco devido ao fato de serem mulheres, como por exemplo, a decisão de continuar ou não com a gravidez durante a militância, e uma vez escolhido continuar, assumir a responsabilidade da escolha feita, conseguir um lugar seguro para realizar o parto e enfrentar todas as dificuldades que vieram em seguida. Raquel colocou em risco além da própria vida, a vida da filha e de toda a Organização quando precisou levar a pequena Iracema para a cidade em busca de cuidados médicos. Derlei precisou deixar seu filho pequeno com uma estranha, a meu ver sua maior prova de amor à revolução, sendo uma decisão extremamente dolorosa e difícil, mas que no momento, acreditou ser a única saída para manter-se viva, assim como o pequeno Zé.

Algo que ficou bem marcado na fala de Raquel foi a questão da divisão de tarefas dentro de casa durante o período da clandestinidade. Apesar de se sentir incomodada com a situação da maior parte dos afazeres domésticos ficar sob sua responsabilidade, acreditava que precisava dar ao marido a possibilidade de realizar a militância, colocando assim a Organização antes de qualquer coisa.

Amelinha Teles (2013) reflete e discute sobre a influência do feminismo entre as mulheres que militaram em organizações de esquerda durante o regime ditatorial brasileiro. Para a autora as mulheres talvez sejam a parcela da sociedade que mais teve transformações nas suas relações com a família, os homens, o trabalho e a questão política. Isto trouxe diversas modificações em seus comportamentos e nas maneiras subjetivas e objetivas de enfrentar a vida nos anos que se seguiram com a Ditadura. Foi durante os anos 1960, que o uso da pílula anticoncepcional se popularizou no Brasil, permitindo às mulheres experimentarem o prazer sexual sem medo de uma gravidez indesejada. Raquel, inclusive conta, durante a entrevista, que antes da segunda filha

nascer, em início dos anos 1970, ela tomou por um período a pílula anticoncepcional. A pílula proporcionou às mulheres a vivência consciente do direito ao orgasmo e o direito à escolha da maternidade.

A Ditadura passou a investir no crescimento acelerado do capitalismo, principalmente no crescimento industrial. Aproximadamente dois terços da população brasileira viviam no campo antes do golpe, situação que se inverte logo após 1964. Em pouco tempo o país se expande de maneira espetacular rumo ao capitalismo. As zonas urbanas passam a abrigar milhares de pessoas vindas das áreas rurais, que vinham em busca de emprego nas fábricas e no comércio, em sua maioria. Isso fez com que crescesse o número e o tamanho de periferias, favelas e subúrbios.

Com o mercado de trabalho absorvendo a mão de obra feminina, as mulheres passam a possuir uma jornada de trabalho dupla ainda mais pesada, devido à falta de equipamentos sociais, que segundo Teles (2013) ajudariam a reduzir a sobrecarga de tarefas imposta às mulheres, como creches e postos de saúde próximos à moradia. Uma vez que estas mulheres não encontram apoio no trabalho e nem dentro de casa, resta apenas o apoio de umas às outras, e com isso acrescenta:

Assim, as mulheres das classes populares, ainda que timidamente e com ações de pouco alcance, vão tecendo os primeiros fios de uma rede solidária, secreta, sob as garras de terror e obscurantismo da Ditadura. (p. 30).

É neste cenário que entram as mulheres de Organizações de esquerda, resistindo à Ditadura junto ao povo, vivendo e trabalhando nos subúrbios e periferias. Assim como a AP, o PCdoB também participou ativamente da prática de integração, deslocando suas militantes para o campo, para que vivessem o cotidiano destas pessoas. Entretanto, pouco se discutia dentro da esquerda sobre a questão da mulher, homossexualidade ou relações homoafetivas. Existia ainda um forte preconceito por parte da esquerda contra estes assuntos. Apesar das mulheres terem sido aproximadamente 12% do total de militantes, como pontua Amelinha Teles (2013), as direções políticas não queriam perder tempo discutindo a questão da mulher, vista como um desvio pequeno burguês. Coloca também que existia ainda em várias Organizações o machismo e a dupla moral, uma vez que falavam que mulheres não deviam participar de certas manobras porque menstruavam.

Derlei, ao falar sobre a questão do feminismo, deixa claro que nunca se considerou feminista e acrescenta que “sempre fui conhecida como eu Derlei Catarina,

em pé de igualdade” em e-mail respondido no dia 14 de outubro de 2015, onde havia lhe perguntado o que ela pensava sobre o feminismo e se se considerava feminista.

Joana Maria Pedro (2006) ao trabalhar sobre os sentimentos do feminismo parte de relatos orais de mulheres que se identificam com o feminismo para descobrir se existe de alguma forma um sentimento coletivo e uma maneira de se tornar feminista. A reflexão sobre “como os sentimentos interferem na identificação com feminismo” (p.257) foi pensada a partir de entrevistas realizadas com 16 mulheres. A autora focalizou no período de 1964 a 1985, sendo justamente o período auge da *Segunda Onda* feminista na Europa e nos EUA e, no Brasil, sendo a época da Ditadura. Mesmo com dificuldade de se manifestar e se organizar muitas mulheres e alguns homens se identificaram com o feminismo durante este período.

Diferentemente da *Primeira Onda*, que reivindicava principalmente o direito das mulheres de votar e ser votada, nesta nova onda feminista outros valores e reivindicações estiveram presentes, como coloca Pedro (2006):

[...] o direito ao corpo e ao prazer, a autonomia, um salário igual por trabalho igual, o direito ao estudo, a paridade nos espaços de poder, a luta contra violência, a afirmação de que o espaço pessoal é político. (p. 258).

Com isto, surgia também, uma nova série de “seja isso, seja aquilo”, ou seja, surgia um novo conjunto de “prescrições” de como ser uma mulher, diferente daquelas prescritas na metade do século XX. Sobre isto, a autora ainda coloca:

Essas novas prescrições, evidentemente, não serão assumidas por todas. Além disso, muitas mulheres irão passar a viver estas novas formas de feminilidade sem se identificar com o feminismo. [...] Outras mulheres irão se identificar com o feminismo, transformando estas prescrições, de uma nova feminilidade, não somente em algo individual, mas coletivo. Vão se envolver com outras mulheres e homens tentando construir, de forma coletiva, a mudança nas relações de gênero. (PEDRO, 2006, p. 259-260).

Durante a realização desta pesquisa, a autora percebe algumas identificações comuns que devem ser consideradas, uma delas é o fato dessas mulheres terem pertencido ao campo da esquerda e terem lutado contra a Ditadura, assim como Raquel e Derlei. É importante lembrar que diversas pesquisas apontam que a partir dos anos 1970 o feminismo brasileiro surge e se organiza no campo da esquerda. Outra identificação comum é o fato dos familiares aparecerem nas narrativas das entrevistadas como responsáveis pela identificação delas com o feminismo. Alguns são citados como estimuladores e apoiadores na busca pela autonomia e independência, os pais

principalmente, outros são narrados como obstáculos dessa conquista, os maridos principalmente.

Raquel, durante a entrevista, narra que desde moça sofrera com o machismo dentro de casa, principalmente em relação ao padrasto, com quem tinha uma relação conflituosa. Diz que foi no início de sua militância que começou a problematizar esta questão, mas que ainda não tinha uma consciência feminista formada e coloca:

Eu, a gente tinha assim muitas mulheres lideranças, mas a gente ainda... consciência, certo? Da discriminação e da opressão... A gente teve várias lideranças mulheres fantásticas, mas nesse momento... [...] a gente tinha participação, a gente não se sentia excluída. (GUISONI, 2013).

Raquel, assim como várias outras militantes, não notava a discriminação e a opressão que sofria por ser mulher, uma vez que tinha espaço de atuação dentro do Movimento Estudantil, e assim como ela narrou em sua entrevista, existia participação feminina dentro no Movimento. Contudo, ao pesquisar sobre a participação feminina no Movimento Estudantil, vemos que a participação feminina era muito inferior à masculina. Lidia Schneider Bristot (2014) ao escrever sobre a participação das mulheres no movimento estudantil de Florianópolis, pontua que apesar de ter sido um movimento social com a maior participação de mulheres entre seus militantes, esta participação ainda era bem menor que a dos homens.

Raquel em sua entrevista nos contou um pouco mais sobre como já estava se formando uma consciência de gênero nela durante os anos 1960, e como exemplo traz um episódio que ocorreu no dia do seu casamento, quando subiu ao altar usando um vestido acima do joelho, fora dos padrões da época, e mudando totalmente a cerimônia, como narra:

[...] eu falei para o padre meu amigo o seguinte: se você fizer a liturgia do casamento eu não caso [risos]. Vocês sabem por quê? Na liturgia do casamento diz o seguinte: mulher sede submissa ao seu marido. (GUISONI, 2013).

Segundo Raquel, foi nesta época que começou a se formar nela uma consciência feminista e acrescenta:

Já nessa época eu me sinto já feminista, entendeu? Eu acho que foi um dos momentos que eu resolvi enfrentar e dizer. Eu tinha vários enfrentamentos com meu padrasto, era um cara machista e filha da puta, e como ele não conseguia me controlar, porque eu sempre vivi fora de casa, já era dona do meu nariz; ele infernizava a vida da minha mãe né! Então muitas vezes eu até maneirava um pouco para que minha mãe não sofresse. Mas era uma moral de aparência, isso que me revoltava. Então eu chegava tarde, é lógico que eu

chegava tarde da noite, tinha reunião, você ia pro boteco, essas coisas a gente também fazia. Daí ele vinha com um papo pra cima de mim: o que é que os vizinhos vão pensar de ti? Eu falei: que eles pensem o que eles quiserem, o problema é que eu to com a consciência tranquila. (GUISONI, 2013).

Derlei por outro lado, diferentemente de Raquel, não traz em sua narrativa as questões de discriminação por ser mulher militante, nem dentro da Organização e nem no dia-a-dia comum. No mesmo e-mail escreve que não notava por parte de seus companheiros algum tipo de tratamento diferenciado pelo fato de ser mulher, e acrescenta:

Uma vez a companheira reclamou que vivia recebendo contada. Bem... Eu nunca recebi. Um companheiro disse uma vez que os homens me respeitavam e não se atreviam a me cantar. Sei lá. Sempre fui eu. (DE LUCA, 2015).

Talvez, o fato de Derlei não se considerar feminista esteja ligado ao fato de não sentir, e/ou não se recordar de ter sentindo algum tipo de opressão ou injustiça pelo fato de ser mulher. Diferentemente de Raquel, que tem estes sentimentos bem marcados em sua narrativa. Sobre isto Joana Maria Pedro analisa:

(...) não há como negar que, como qualquer outra identificação, sentimentos de injustiça, mágoas, solidariedades e gratidão estão presentes na identificação com o feminismo. Diferentemente do que dizem os antifeministas quando falam de inveja, ódio e despeito, devemos reconhecer que há ressentimentos, sim, na identificação com o feminismo. Entretanto, são ressentimentos em relação a uma injustiça, um sentimento que, embora atinja individualmente as mulheres, tem sido pensado de forma coletiva pelo feminismo. (2006, p. 269).

Com base nisto percebo que apesar de Raquel e Derlei terem militado na mesma Organização, terem sido clandestinas, mães e casadas durante a militância, colocando-a em primeiro lugar, as memórias, sentimentos e impressões que ambas possuem deste período e em específico da questão das hierarquias de gênero existentes tanto na AP como dentro de casa, ou seja, no público e no privado, se diferem uma da outra. Raquel, talvez por ter sentido desde cedo uma forte injustiça por ser mulher, tenha se identificado com o feminismo, que problematiza esta questão. Por outro lado Derlei, apesar de possuir práticas que são consideradas feminista, nega esta relação.

Entretanto, a questão aqui não é falar quem é e quem não é feminista, mas sim perceber se de alguma forma os avanços do movimento feminista influenciaram na vida destas duas clandestinas. E a conclusão é que tanto Derlei quanto Raquel foram influenciadas pelo feminismo durante os anos em que viveram clandestinamente. Foi durante este período que Raquel se tornou feminista, contudo apesar de ter uma opinião

formada sobre as desigualdades sofridas pela diferença de gênero, acreditava que a militância era a questão mais importante no momento, passando a dar condições para o marido realizar este trabalho e se dedicando aos cuidados com a casa e as filhas por um certo período da clandestinidade.

Para finalizar, gostaria de pontuar a importância dos relatos orais para esta pesquisa, que desempenham um papel fundamental e de extrema importância para futuras pesquisas relacionadas à este tema. Em geral nas Organizações de esquerda, existe uma pobreza de documentação sobre questões referentes às mulheres, dentre outras. Isto se deve não somente ao fato de que existia a possibilidade dos documentos, seja de qualquer natureza política, caírem nas mãos erradas, acarretando assim um grande risco às Organizações e as pessoas envolvidas. Contudo, não podemos deixar de pontuar que estes assuntos eram considerados na época como questões pequeno burguesas e que não mereciam ser discutidas, muito menos registradas.

Margareth Rago (2010), em *A Aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*, discorre sobre como as mulheres constroem suas narrativas autobiográficas. Segundo a autora:

A memorização do vivido e a construção de um arquivo pessoal são modos de subjetivar-se que possibilitam o redimensionamento dos acontecimentos passados, o encontro de um lugar no presente, a criação de um espaço subjetivo próprio como um abrigo para instalar-se e organizar a própria vida, especialmente no caso das experiências traumáticas, como a da clandestinidade e a do confinamento na prisão. Permitem a afirmação do próprio nome. (p 157-158).

Com isto, gostaria de pontuar que se não fosse pelas ricas contribuições que tanto Raquel quanto Derlei nos deram ao aceitarem tão gentilmente nosso pedido para realizar entrevistas sobre o período da clandestinidade, este trabalho não teria sido possível. Acredito, portanto, que esta pesquisa pode contribuir, mesmo que de maneira sucinta, para os estudos relacionados a este período histórico do Brasil, que por muito tempo sofreu um esquecimento coletivo, mas que hoje, através de diversas instituições, campanhas, pesquisas e pessoas que sabem da importância de trazer à tona as memórias da Ditadura, está sendo a cada dia mais estudado. Deixo também com este pequeno trabalho minha contribuição para os estudos de gênero, que acredito ser de fundamental importância para a formação política, social e educacional do mundo, principalmente no momento atual em que estamos testemunhando diversas tentativas de retrocesso nas leis que garantem às mulheres seus direitos básicos, leis essas que foram criadas a partir da

luta de milhares de pessoas, por uma sociedade mais justa e igualitária para todas as pessoas, independente de seu gênero.

Fontes

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

DE LUCA, Derlei Catarina. **Entrevista concedida ao Laboratório de Estudos de Gênero e História**. Florianópolis, 2015. Acervo do LEGH/UFSC. Entrevista realizada em 03/09/2015.

GUISONI, Raquel Felau. **Entrevista concedida ao Laboratório de Estudos de Gênero e História**. Florianópolis, 2013. Acervo do LEGH/UFSC. Entrevista realizada em 15/10/2013.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. FGV Editora, 2005.

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In:___ **História da vida privada no Brasil, nº 4** – NOVAES, Fernando A. (coord.) São Paulo: Cia das Letras, 1998. P. 319-409.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Pacto Re-Velado**: psicanálise e clandestinidade política. São Paulo: Editora Escuta, 1994. – (Plethos) – 2ª ed. 1999. Pg. 80-81.

FERREIRA, Priscila Von Randow; NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; VELOSO, Flávia Gotelip Corrêa. A representação social de maternidade entre mulheres que lutaram contra o regime militar no Brasil. In:___ **Fazendo Gênero**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 9. Ago.2010, p. 2. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278277901_ARQUIVO_Trabalho_completoFazgeneroMaternidadeenviado.pdf. Acesso em 17 de outubro de 2015.

GUISONI, Divo (org.). **O livro negro da Ditadura militar**. São Paulo: Ed. Anita com co-edição com a Fundação Maurício Grabois, 2014. 216p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas**: a evolução do traje moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

JELIN, Elizabeth. El gênero em las memórias. In:___ **Los trabajos de la memória**. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 99-116.

JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). In___ **Tempo e Argumento**. Florianópolis: v. 2, n. 1, p. 111-135, jan.-jun. 2010.

KOERICH, Josiély. Mulheres militantes na Ditadura Militar brasileira: um olhar sobre a maternidade na clandestinidade. In: **Revista Santa Catarina em História**. V. 8, n.1, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: **1964-2004: 40 anos do golpe** – Ditadura Militar e Resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p. 290-305.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 89. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf> . Acesso em: 20 de março de 2015.

PEDRO, Joana Maria; ROSALEN, Eloisa; SANTOS, Musa. Relações de Gênero na Clandestinidade no Cone Sul (1960-1990). In: **Congrès “Femmes dans les Amériques”** – Aix – Marseille Université - França, Dezembro, 2013.

PERROT, Michele. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, n. 18, 1989. p. 9-18.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **10**(2): 25-35, outubro de 1998.

REIS FILHO, Daniel A.; SÁ, Jair F. de. (orgs.) **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo, Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, p.29-42, jan-jun, 2005.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da Clandestinidade**: Memórias da Ditadura Militar Brasileira. 2009. 237 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social, Estudos Interdisciplinares) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16(2), jul/dez 1990.

TRINDADE, Z. A. Concepções arcaicas de maternidade e paternidade e seus reflexos na prática profissional. **Interfaces**, 2 (1), p. 33-40, 1999.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**. V. 15, n. 2 p. 125-139, jul-dez 2012. p. 127.

WEBER, Henri. Um balanço de 1968. In:___ **Rebeldes e contestadores**. GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (org.). Editora Fundação Perseu Abramo. 1999.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de Ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.

